

LEI Nº 1136/2011

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGELINA”.

O Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Angelina, nos termos do ANEXO I desta lei.

Parágrafo Único - A vigência do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO será de 10 (dez) anos, a contar da sanção desta lei.

Art. 2º O Poder Executivo municipal, com a participação da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, das instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino, da Câmara Municipal de Vereadores e da sociedade civil realizará o acompanhamento e a avaliação da implantação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º As avaliações do Plano Municipal de Educação serão realizadas através de reuniões, de levantamentos de dados estatísticos e da Conferência Municipal de Educação, que será promovida a cada dois anos.

Art. 4º O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual serão elaborados de modo a dar suporte ao alcance dos objetivos e das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º O Executivo municipal e as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino empenhar-se-ão na divulgação do Plano Municipal de Educação e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Angelina, 12 de Dezembro de 2011

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Angelina é resultado de uma construção coletiva, envolvendo todos os segmentos educacionais e a sociedade como um todo, diagnosticando a realidade e propondo diretrizes e metas para a educação deste município para os próximos dez anos.

O PME originou-se do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, a qual determina que, a partir dos pressupostos, diretrizes e metas do PNE, cada município construa seu Plano de Educação. O documento resultante dessa elaboração cumpriu a legislação e permitiu pensar e repensar a educação de Angelina e projetá-la para dez anos, atendendo os anseios dos munícipes e sendo coerente com toda a conjuntura social, política e cultural do país.

Este plano constitui-se na proposta de ação da educação no município de Angelina para a década 2009 a 2019, caracterizando-se como um Projeto de Educação para a rede municipal de ensino, sendo determinante a participação coletiva da sociedade na sua elaboração, como forma de traçar metas educativas necessárias ao sucesso escolar.

Como a elaboração do PME é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, é preciso historiar a trajetória do processo, registrando que a construção se iniciou em junho de 2009 com a nomeação dos coordenadores e membros das câmaras setoriais, no primeiro encontro com todos os segmentos da educação pública, privada e filantrópica do município, cuja finalidade foi a de constituir grupos de trabalho.

Constituídos os grupos de trabalho, a elaboração do plano foi efetivamente iniciada, através da pesquisa de campo, com aplicação de questionários para diagnosticar a realidade das instituições de ensino do município. Em reuniões sucessivas, os grupos de trabalho analisaram os dados diagnosticados e tabulados de cada nível, etapa e modalidade de ensino, formulando diretrizes e metas, que foram analisadas por todos os componentes das câmaras setoriais.

O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação serão responsáveis pela implantação, acompanhamento e avaliação do PME, propondo, possíveis alterações para atender as necessidades educacionais. Finaliza-se destacando a importância do PME como instrumento que direcionará as ações que visam oferecer uma educação de qualidade à população de Angelina nos próximos dez anos de sua vigência.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 1.1 Perfil do município de Angelina..... | 12 |
| 1.2 Principais características do município..... | 13 |
| 1.2.1 Histórico..... | 13 |
| 1.2.2 Aspectos físico-geográficos..... | 21 |
| 1.2.3 Aspectos sócio-econômicos..... | 22 |
| 2 OBJETIVOS E PRIORIDADES PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO..... | 27 |
| 2.1 Fundamentação teórica..... | 27 |
| 2.2 Objetivos e prioridades..... | 28 |
| 3 NÍVEIS DE ENSINO..... | 31 |
| 3.1 Educação Infantil..... | 31 |
| 3.1.1 Diagnóstico..... | 31 |
| 3.1.2 Diretrizes..... | 33 |
| 3.1.3 Metas e objetivos..... | 34 |
| 3.2 Ensino Fundamental..... | 38 |
| 3.2.1 Diagnóstico..... | 38 |
| 3.2.2 Diretrizes..... | 40 |
| 3.2.3 Metas e objetivos | 41 |
| 3.3 Ensino Médio e profissionalizante..... | 44 |
| 3.3.1 Diagnóstico..... | 44 |
| 3.3.2 Diretrizes..... | 45 |
| 3.3.3 Metas e objetivos | 47 |
| 4 EDUCAÇÃO SUPERIOR..... | 49 |
| 4.1 Diagnóstico..... | 49 |
| 4.2 Diretrizes..... | 49 |
| 4.3 Metas e objetivos | 50 |
| 5 MODALIDADES DE ENSINO..... | 51 |
| 5.1 Educação de jovens e adultos..... | 51 |
| 5.1.1 Diagnóstico..... | 51 |

| | |
|--|-----------|
| 5.1.2 Diretrizes..... | 53 |
| 5.1.3 Metas e objetivos | 54 |
| 5.2 Educação a distância e tecnologias educacionais..... | 55 |
| 5.2.1 Diagnóstico..... | 55 |
| 5.2.2 Diretrizes..... | 56 |
| 5.2.3 Metas e objetivos | 58 |
| 5.3 Educação especial..... | 58 |
| 5.3.1 Diagnóstico..... | 58 |
| 5.3.2 Diretrizes..... | 61 |
| 5.3.3 Metas e objetivos | 63 |
| 6 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO..... | 64 |
| 6.1 Diagnóstico..... | 64 |
| 6.2 Diretrizes..... | 67 |
| 6.3 Metas e objetivos | 69 |
| 7 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO..... | 72 |
| 7.1 Diagnóstico..... | 72 |
| 7.2 Diretrizes..... | 75 |
| 7.3 Metas e objetivos | 76 |
| 8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO..... | 78 |
| 9 REFERÊNCIAS..... | 79 |

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Lei nº. 10.172/2001, de 09/01/2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), destaca-se o artigo 2º, que determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem em consonância com o documento nacional, planos decenais correspondentes.

O Plano Municipal de Educação (PME) caracteriza-se por ser um plano global da educação, por isso necessita de articulação dos diversos setores da administração pública e da sociedade na sua discussão e elaboração a fim de se alcançar o ideal de educação para todos, incluindo crianças, jovens e adultos do município.

O plano não é um documento declarativo, nem tampouco uma carta de intenções elaborada pelos responsáveis políticos do município com fins explicitamente temporais. Trata-se da construção de um projeto que visa à integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, tendo por finalidade principal dotar os estabelecimentos de ensino em seus diferentes níveis e modalidades de um recurso que favoreça a relação da Secretaria Municipal de Educação e a comunidade.

Somente com a colaboração de todos, foi garantida a transparência da tomada de decisões sobre o plano, cuja intencionalidade é constantemente redefinida pela relação de reciprocidade em busca de uma educação de qualidade. Com efeito, trata-se de um plano que se fez pela participação efetiva de todos os segmentos da sociedade civil, professores, poder público, executivo, legislativo e judiciário, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Assim, assumiu-se o desafio de defender a democratização do ensino público e atuar de acordo com a maioria da população, colocando-se a perspectiva de ampliar as possibilidades de acesso e permanência à escola e zelando pela qualidade do atendimento educacional a crianças, jovens e adultos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

É fundado nestes aspectos, que se traçam as linhas mestras do Plano Municipal de Educação, deflagradas a partir de um amplo processo de debates, levantamento e sistematização de contribuições com vistas a se delinear sua implementação. O presente documento traz os princípios e diretrizes gerais que expressam a concepção de educação defendida para todos, bem como as diretrizes e metas para o desenvolvimento do processo educacional dos diferentes programas e serviços que compõem a rede de educação de Angelina.

Entende-se como plano geral, que tenderá a desdobrar-se em projetos específicos, destinados a promover a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos, sintetizando os aspectos básicos que devem ser considerados na elaboração dos planos das unidades escolares.

A construção do Plano Municipal de Educação representa um grande avanço, não só pelo seu caráter democrático, como também pelo tempo previsto para sua implantação, que é de dez anos, assegurando desta forma a continuidade de políticas educacionais de qualidade. O plano decenal de educação de Angelina representa grande conquista da área educacional, tendo como pressupostos principais:

- Princípios gerais

1. Educação: direito constitucional de todo cidadão, seja ela criança, jovem ou adulto.

2. Escola: instituição social que possibilita o acesso à cultura, nas suas múltiplas manifestações, concebida para a formação do cidadão, o que exige:

- ✓ compreensão crítica, do mundo, isto é, a superação de estereótipos, preconceitos, superstições;
- ✓ articulação entre os interesses da sociedade e do indivíduo, considerado como membro da comunidade;
- ✓ formação intelectual, física, ética, estética, técnica;
- ✓ unidade e integração entre o conhecimento, o trabalho e as práticas sociais;
- ✓ equilíbrio entre formação geral e formação profissional, não subordinada aos interesses do mercado.

3. Escola pública, gratuita, laica:

- ✓ de responsabilidade do Estado (poder público), com acesso a todos, sem discriminação ou privilégio, não excludente, não segregacionista, aberta ao controle da população organizada;
- ✓ financiada e mantida pelo poder público municipal, estadual ou federal, em todos os graus, níveis, modalidades de ensino;
- ✓ de caráter científico e democrático, independentemente de credo e religião

- Diretrizes gerais

1. Ampliação das oportunidades de acesso e permanência na escola

- ✓ aumento do número de vagas nos diversos programas e serviços, segundo prioridades estabelecidas, tomando como referência estudos de demanda por região;

- ✓ redução dos índices de repetência e evasão;

2. Melhoria da qualidade do ensino

- ✓ reorientação curricular (redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico), com participação efetiva dos professores e especialistas em educação que atuam nas escolas;
- ✓ formação continuada dos profissionais em educação, com garantia de igualdade de oportunidades;
- ✓ assessoria pedagógica e administrativa às unidades escolares;
- ✓ aprimoramento do material didático;
- ✓ desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, desportivos e outros.

3. Participação democrática

- ✓ gestão coletiva: efetivo funcionamento do Conselho de Escola;
- ✓ incentivo e respeito à organização e representação de estudantes, profissionais da educação, funcionários, pais de alunos;
- ✓ ampliação das condições de participação da comunidade na vida da escola;
- ✓ aprimoramento dos canais de comunicação e livre circulação de informações;
 - das escolas entre si;
 - entre as escolas e a Secretaria;
 - entre as escolas e outras instâncias, inclusive o Conselho Municipal de Educação;
- ✓ autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, respeitados os princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação e garantido seu acompanhamento pelos órgãos competentes do governo municipal e os de representação do corpo docente, dos educandos e da população organizada.

4. Valorização dos profissionais do ensino

- ✓ formação;
- ✓ plano de carreira;
- ✓ condições de trabalho e salário.
- ✓ Integração entre
 - a Secretaria de Educação e Secretarias afins;
 - os programas que compõem a Secretaria de Educação;
 - a escola e a comunidade;
 - as modalidades e níveis de ensino, anos e séries;

- as disciplinas / atividades;
- a programação regular e os projetos específicos;
- a formação geral e a formação profissional;
- os alunos com necessidades educativas especiais e demais alunos, nos diferentes graus, níveis, séries, modalidades de ensino.

6. Unidade na diversidade

- ✓ relação entre os princípios e diretrizes comuns e as especificidades de cada serviço / escola / localidade / contexto / situação;
- ✓ ordenamento graduado e interrelacionado do ensino, em série/ano, articulado horizontal e verticalmente, prevendo-se mecanismos democráticos de passagem de um a outro;
- ✓ superação da fragmentação entre atividades e componentes curriculares, atendendo-se às características e métodos próprios de cada área do conhecimento.

7. Ampliação dos horizontes culturais

- ✓ ensino conscientizador e problematizador, que possibilite o conhecimento crítico de múltiplas abordagens teóricas, negando o doutrinário, o praticismo, o academicismo;
- ✓ ensino que possibilite às crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolver e expandir o interesse pela cultura;
- ✓ ensino que respeite a individualidade do aluno, estimulando-o a inserir-se na sociedade e a desenvolver, conscientemente, a disciplina individual e
- ✓ coletiva, no sentido da responsabilidade pessoal e social, visando ao exercício pleno da cidadania.

Diante destes pressupostos, o Plano Municipal de Educação de Angelina foi construído a partir da participação coletiva de diversos segmentos sociais. A adoção de uma metodologia baseada na participação da comunidade visa garantir legitimidade e compromisso social em relação ao plano, a fim de que este seja encampado pela sociedade e seus poderes constituídos e configure uma agenda mínima para a educação no município.

A partir desta metodologia o município buscou sua adaptação, estabelecendo a necessidade do Plano Municipal de Educação e sendo sua elaboração atribuída ao Fórum Municipal de Educação, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação. Essa elaboração coletiva, com a participação de diferentes setores da sociedade e mediante as posições mais diversificadas, garantiu que o plano resultasse em um documento síntese de posições

consensuais. Essa forma de elaboração contém uma possibilidade maior não só de representar as variadas concepções dos participantes como também um maior compromisso com sua execução.

1.1 Perfil do município de Angelina

Angelina é parte importante do circuito religioso de Santa Catarina, sendo procurada pela presença do Santuário Mariano e da Gruta de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Tem como data de fundação o dia 07 de dezembro de 1961.

A base da economia é a agricultura, com ênfase também para o turismo. Sua população de aproximadamente 5500 habitantes tem origem na colonização alemã e estão dispostos em uma área de 499.947km². A maioria da população é de origem alemã, mantendo ainda hoje o uso do idioma alemão, sendo tradicionais as festas religiosas em todo município tendo como destaque a culinária típica.

O município está localizado na Grande Florianópolis, distante 70 km da capital, tendo como cidades próximas Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara. Situado em uma região de rica beleza natural situa-se a 450m acima do nível médio do mar e de clima temperado quente, com temperatura média entre 16°C e 27°C.

1.2 Principais características do município

1.2.1 Histórico

A forma de ocupação inicial do território brasileiro está relacionada com a implantação de Capitanias Hereditárias. Através deste sistema colonial, os portugueses se interessaram somente na exploração do litoral e não do interior da colônia. A partir de 1660, por meio das entradas, do Bandeirantismo, das atividades missionárias e da criação de gado, é que ocorreu uma ocupação

mais intensa do interior. Entretanto, a expansão territorial, do litoral rumo ao interior, deu-se lentamente. Além disso, somente em algumas áreas.

Em relação à Santa Catarina, os colonizadores portugueses não fugiram a regra geral. Porém, não só não ocuparam o interior como, também, não havia até 1750, fundado uma só vila ou frente colonizadora. Assim, tendo em vista a limitada ocupação do território catarinense, os portugueses decidiram trazer colonos nos arquipélagos dos Açores e de Madeira. Com efeito, entre 1747 e 1756, foram trazidos cerca de 6 mil açorianos e madeirenses. Estes colonos, que representavam o primeiro grande povoamento do território catarinense, foram fixados no litoral (como era costume), nas áreas denominadas de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco (atual São Francisco do Sul) e de Santo Antonio dos Anjos da Laguna (atual Laguna). Próximo a Desterro (Florianópolis), entre outras áreas menores, foram fixados açorianos e madeirenses também nas áreas de São José da Terra Firme (atual São José), de São Miguel da Terra Firme (atual Biguaçu) e de Nossa Senhora da Conceição (atual Lagoa da Conceição em Florianópolis).

Após as primeiras tentativas de ocupação e/ou povoamento do território catarinense, vai ocorrer mais na região do planalto, onde, em 1766 é fundada uma povoação denominada de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages (atual Lages). Por este local já passava, desde 1722, o Caminho do Sul, que ligava o atual Rio Grande do Sul a São Paulo.

Em função do grande movimento dos tropeiros, e do isolamento do litoral com o planalto, os administradores da Capitania Catarinense, fixados em Desterro, por volta de 1875, começaram a planejar a abertura de um caminho que ligasse esses dois pontos. Isso foi concretizado em 1790, cujo trajeto ia da ilha de Santa Catarina (Desterro), passava pelos atuais municípios de São Pedro de Alcântara, Angelina, Rancho Queimado (Taquaras), Alfredo Wagner, Bom Retiro e chegava até Lages. Em consequência, o atual território de Angelina já era conhecido pelos tropeiros que por aqui faziam o trajeto Desterro-Lages. Porém, nenhum habitante havia ainda se fixado neste local.

Em Santa Catarina, em termos de povoamento, quase tudo ainda tinha que ser feito. Existiam, portanto, muitos locais importantes a serem ocupados com povoamento e colonização. Um dos mais urgentes, por volta de 1860, ficava no caminho entre Desterro e Lages.

Logo após ter recebido autorização, o Presidente da Província, Francisco Carlos de Araujo Brusque, mandou que fizessem vários levantamentos para ver onde seria instalada a colônia. A situação urgente a ser resolvida, era no caminho Desterro-Lages. Desta forma, o levantamento foi feito ao longo deste caminho. A preferência do Presidente da província era por aquelas terras

situadas na direção do Rio Engano até a entrada de Lages, um pouco acima da colônia Leopoldina. Entretanto, na escolha do local havia alguns critérios: solo fértil, próximo ao mercado regular e acesso facilitado à capital (Desterro). De posse dos levantamentos feitos, o Presidente da Província optou pela área entre o Ribeirão Mundéus e o Rio Garcia, nas proximidades da estrada entre Lages a Desterro e acima da Colônia de São Pedro de Alcântara. Escolhido o local, o Presidente da Província solicitou recursos ao Imperador D. Pedro II, para fazer medição e demarcação dos lotes. Após diversos processos foi realizada a fundação da Colônia Nacional de Angelina, no decorrer do ano de 1860.

A lei de criação foi aprovada em 10 de dezembro do mesmo ano. O nome da Colônia foi escolhido em homenagem ao Presidente do Conselho de Ministros, denominado Ângelo da Silva Ferraz. O Presidente do Conselho de Ministros era uma liderança que assessorava D. Pedro II nas questões governamentais. Neste caso, Ângelo Muniz teve influência na liberação dos recursos para financiar a fundação da colônia.

Neste mesmo ano de fundação, houve elaboração de leis que regulamentavam a instalação dos colonos e a administração. É importante destacar que toda esta legislação foi discutida e aprovada na Assembléia Provincial da época. O primeiro administrador foi o agrimensor Carlos Otthon Schalappal.

Quanto à área, no ato da criação, compreendia 9 milhões de braças quadradas (cerca de 43,5 Km²) e em 1867, devido a maior procura de terras, foi ampliada ao dobro, isto é, 18 milhões de braças quadradas ou 87 km².

A colônia deveria ser composta de famílias nacionais, as quais deveriam ser de boa conduta. Quanto aos lotes recebidos deveriam ser usados somente para o cultivo. As primeiras oito famílias chegarem, segundo o administrador Schalappal, em 23 de março de 1861. Logo após receberam do Presidente da Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, o título provisório de ocupação, sendo que o título definitivo só passariam a receber após o pagamento final dos lotes.

A Colônia Nacional de Angelina foi essencialmente uma colônia agrícola, sem métodos e técnicas apropriados, como era a tradição na agricultura brasileira da época. No início de 1862, a colônia contava com 24 famílias. Em março, segundo o conselheiro Vicente Pires da Mota, já havia 100 pessoas proprietárias de 28 lotes, onde produziam batata, milho, feijão e alguns produziam erva-mate. Em 1863, a colônia contava com 51 lotes distribuídos. Era contabilizada uma pequena produção de batatas, feijão, milho, fumo, mandioca e erva-mate. No primeiro ano

de cultivo, a colônia apresentou resultados esperados. A partir de 1863, foi constatado um solo pouco fértil e improdutivo.

O Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, em 1863, visitou a Colônia Nacional de Angelina e constatou que os colonos estavam em estado de penúria, pois não havia igreja, hospital, escola, comércio e outros atendimentos. A partir de 1865, aos jovens solteiros com compromisso de casar, era dado o direito de adquirir uma propriedade para se estabelecer na colônia. Neste mesmo ano, a Colônia Nacional de Angelina contava com 130 lotes demarcados, dos quais 114 distribuídos, sendo 88 definitivos e 26 em processo. Ainda não haviam criado escola, hospital e igreja.

Até 1866, a colônia de Angelina era ocupada por luso-brasileiros. Mas, no mesmo ano, houve interesse de pessoas de origem alemã, especificamente da Colônia Santa Isabel em se fixar na colônia. As razões pelas quais os colonos de origem alemã queriam deixar Santa Izabel para morar em Angelina estão relacionadas à falta de terras com solo fértil, estado de abandono em que se encontravam e outras causas. Assim, cerca de 30 famílias vieram se estabelecer em Angelina.

Desta forma, em 1866, 1,5% da população era alemã e dez anos depois, já era de 9,8%. No final de 1866, havia 105 casas com 156 lotes demarcados, dos quais 139 distribuídos: 105 deles com estabelecimento definitivo e 34, em processo. Apesar de ser observado aumento de colonos, continuavam as saídas e trocas de lotes.

Em setembro de 1869, a colônia contava com 142 famílias e 744 habitantes. Por não ter diretor na colônia, a partir de 1869, os colonos já estabelecidos e os que chegavam, encontravam a colônia desorganizada quanto as medições e demarcações dos lotes. Nos fins de 1873, chegaram à colônia os primeiros imigrantes alemães num grupo formado por 8 famílias, totalizando um total de 48 pessoas. Estes vieram diretamente da Alemanha. Os anteriores vieram de Santa Isabel e arredores. Com isto, Angelina perdeu o caráter de colônia nacional que era o objetivo inicial, isto é, a partir daí, a colônia contava com pessoas estrangeiras e não só nacionais.

Sendo os diretores da colônia de origem alemã, passaram a priorizar a colonização com estrangeiros, juntamente com os Presidentes da Província. Apesar disso, havia interesse de colonos nacionais de se instalarem em Angelina. Desta forma, até a emancipação da colônia (03/12/1881), Angelina passou a receber colonos nacionais, estrangeiros e entre os estrangeiros havia alemães, franceses, e escravos.

A descrição do contexto econômico da colônia Nacional de Angelina compreende o período de 1861 até 1881. Os dados ou informações, a respeito do assunto, foram obtidos a partir dos

relatórios dos diretores da colônia enviados, geralmente, ao presidente da Província. Estes relatórios foram elaborados de uma forma até bastante detalhada. Mesmo porque, pelas evidências, isto era uma das obrigações dos diretores.

Neste período a economia, como era de se esperar, foi basicamente de caráter agrícola. Embora apareçam nos relatórios dados referentes à criação de animais, como por exemplo, suínos, cavalos, muares, gado e galinhas. Entre os produtos agrícolas os mais produzidos eram o milho, a mandioca, o feijão, o arroz, a batata inglesa e o fumo. Porém, chama a atenção o fato de, naquela época, os colonos produzir também trigo, algodão, café, oliveiras, linho e azeite de mamona. Estes produtos não são muito próprios para o local, devido ser o clima um fator adverso, por exemplo, para o algodão e para o café.

Neste sentido, percebeu-se que os colonos fizeram muitas tentativas, durante muitos anos, de cultivar aqui estes produtos. Assim, surgiu a hipótese de que, tanto por parte dos diretores como por parte dos colonos, não possuíam conhecimentos técnico-agrícolas suficientes. Houve um considerável aumento da produção agrícola e pecuária, conforme iam passando os anos e aumentando a vinda dos colonos.

No setor industrial manufatureiro, destacou-se a produção de açúcar de cana, cachaça, tecido de algodão, farinha de mandioca e de milho. Desta forma, em 1875, por exemplo, havia 7 teares à fabricar riscado de algodão e pano da terra, 21 engenhos de açúcar, 38 de farinha de mandioca, 2 de farinha de milho e 1 alambique. Havia também alfaiates, carpinteiros e sapateiros. Quanto ao comércio, em 1875, por exemplo, encontravam-se 4 casas de negócio na colônia.

A produção excedente, então, era comercializada por estas casas ou por outras estabelecidas em São Pedro de Alcântara, havendo uma determinada exportação de produtos. Muito do que era produzido, segundo os referidos relatórios, era consumido na própria colônia. Constatou-se que em vários anos do período citado, ocorreram importações de determinados produtos.

Só em 1865 foi lembrada a escolarização da população infantil da colônia por haver número suficiente de meninos para freqüentar este nível de ensino. A Lei nº 574, de 4 de maio de 1866, autorizava a contratação de um padre, que seria também professor primário, recebendo 200.000 réis anuais. Mas, não seria fácil de encontrar uma pessoa que desempenhasse dupla função, como padre e professor, foi pedida autorização à presidência da Província para propor um professor com as habilidades necessárias para reger interinamente o ensino elementar na colônia. O problema foi solucionado com a contratação do cidadão Manoel Severino Botelho, professor particular, com a gratificação mensal de 25 mil réis.

O diretor da colônia foi nomeado subdiretor da escola publica da colônia em 31 de outubro. Entrou em exercício em 1º de dezembro. Em 1867, a escola contava com 31 alunos.

O professor Manoel Severino Botelho, em 5 de junho de 1868, foi exonerado a seu pedido. Em 10 de novembro de 1868, foi nomeado Francisco Bernardino de Faria, professor público interino da Colônia Nacional de Angelina. E no final de 1868, a escola era freqüentada por 20 alunos e funcionava na casa de Carlos Othon Schalappal ex-diretor da colônia.

O Diretor da colônia Joaquim José de Souza Corcoroca pediu ao Presidente da Província para construir um nova escola que foi edificada com a ajuda de alguns habitantes, faltando concluir a obra com o forro, envidraçar 6 janelas, pintura e reboco da cal interior. No mês de dezembro de 1869, já funcionava a escola em uma das salas. A nova escola era composta de 6 janelas, 3 portas, telha, assoalhada com 31 pés de frente, 21 de fundos e 7 de altura.

No final do ano de 1871, era professor interino João Luiz da Silva Leal que muito influiu para melhoramentos nesta escola, onde estavam matriculados 20 alunos. Enquanto escola, foi criada pela Lei Provincial nº 575, de 4 de maio de 1866, e de acordo com o artigo 7º da Lei nº 586 de 28 de junho de 1867.

Em 1874, a situação escolar era regular com 24 alunos, sendo professor João Maria Melo da Luz, que se retirou da colônia em 23 de outubro de 1875. Era raro o colono que sabia ler e escrever. De 23 de outubro a 21 de dezembro de 1875, foi professor Julião Gomes do Amaral, que exercia também a profissão de farmacêutico.

A situação escolar não era das melhores, com a necessidade de mais escolas primárias para ambos os sexos, já que havia na colônia cerca de 120 menores, de 6 a 12 anos, reclamando o pão de espírito, bem como aulas para adultos no período noturno, pois poucos sabiam ler e escrever, apenas cerca de 10 ou 12 colonos. Em 1876, havia na sede da colônia uma escola pública de letras para o sexo masculino dirigida pelo professor Francisco José Corrêa Reinhardt, com 22 alunos e o professor era elogiado pelo trabalho.

Em 1877, a escola contava com 22 alunos que no tempo de plantação saíam da escola para dedicar-se ao cultivo de plantações. Havia necessidade da criação de mais escolas públicas, pela distância de três léguas, mais ou menos, da sede da colônia, de modo que os meninos moradores não podiam aproveitar o ensino. O professor entrou em licença em 7 de fevereiro, ficando como substituto Julião Gomes do Amaral.

A Colônia Nacional de Angelina localizou-se à margem da “estrada velha de Lages”, que descia por Taquaras, passava por Angelina e seguia por São Pedro de Alcântara. Com a ausência das vias de comunicação nos primeiros anos, Angelina se comunicava com a capital do

Estado, ou com o seu município, São José, através do caminho das pedras, valetas, atoleiros que escondiam traiçoeiras armadilhas para os cascos dos animais. Essa estrada ruim, sempre necessitava de homens que trabalhassem na sua manutenção. Em 1861 já se pensava em expandir as vias de comunicação.

A ligação de Angelina com Taquaras era de maior conveniência, pois os tropeiros se dirigiam ao norte da Província e passavam pela Colônia até atingir Itajaí ou São José. Essas estradas foram ameaçadas quando a estrada de Caldas da Imperatriz, sobre Santo Amaro e Taquaras, foi aberta. Às tropas, deixando a variante Angelina/Florianópolis bem menos usada. Com pequenas modificações a ligação é a mesma que atinge Rio Bonito e Rancho Queimado, encontrando a rodovia Florianópolis/Taquaras/Lages. Angelina ficava localizada fora da principal rota econômica e seu desenvolvimento não foi aquele que se esperava. Foi uma das razões do seu fracasso.

Somente oito décadas após a sua fundação, Angelina teve melhores vias de comunicação. E por um acaso foram concretizados os planos do governo do estado a construir em Angelina uma usina elétrica sobre o rio Garcia. A estrada Angelina-Florianópolis recebia o tráfego mais pesado. A espera foi longa, pois a Usina de Garcia com (9.600 KWS de potência) só foi inaugurada em 1962, um ano após a criação do Município de Angelina.

Angelina nasceu como uma colônia pública do Império diferente das colônias particulares, por exemplo, da colônia de Blumenau. Como tal, tem que ser entendida de acordo com os princípios e interesses de povoamento e ocupação de terras devolutas da época, tanto da parte da Província como por parte do Império. Desta forma, criada como colônia pública de caráter nacional, em 1861, a sua administração devia ser composta por diretores indicados pelos governos Imperiais. Porém, pelo fato de ter sido sua criação uma iniciativa do então Presidente da Província, Antonio Carlos de Araujo Brusque, os diretores foram indicados pelos respectivos presidentes da Província. Somente a partir de 1874 é que os diretores da colônia seriam indicados diretamente pelo governo imperial.

A emancipação representava uma autonomia administrativa em relação ao governo imperial e provincial. Além disso, implicava que a colônia se integrava de uma forma mais completa ao contexto catarinense. Assim, a primeira atividade realizada em favor da emancipação, foi à criação de uma subdelegacia de polícia em 1867.

Na criação da subdelegacia de polícia foram marcados os limites fronteiriços da colônia, ficando estabelecidos da seguinte forma: - ao leste limitava-se com o Distrito de São Pedro de Alcântara, extremado com os moradores Pedro Waltrich e Adriano Machado da Luz; - ao oeste,

limitava-se com os colonos de Santa Isabel no lugar denominado Taquaras; - ao sul, limitava-se com Santa Isabel; - ao norte, com os moradores do Alto Tijucas Grande/Major.

A segunda atividade que favoreceu a emancipação, foi a partir de 1881, quando Angelina deixou de ser considerada colônia de caráter nacional. Esta atividade ocorreu através da publicação do Decreto 8.333, de 3-12-1881, do governador imperial. Este ainda em 1880, por falta de recursos próprios em função de um relativo crescimento das colônias nacionais, decidiu não mais financiá-las, deixando que os governos das províncias e as próprias colônias resolvessem o financiamento e continuidade. Angelina, em decorrência disso, tornou-se definitivamente parte integrante da Província de Santa Catarina e especificamente do município de São José. Com efeito, deixou de ser colônia de caráter nacional para sempre. Passou a ser uma área igual a qualquer outra, pertencente ao município de São José.

Uma terceira atividade que ajudou Angelina a tornar-se cada vez mais autônoma, foi através da instalação do Distrito da Paz em 1891, por meio do Decreto nº 40, de 10/01/1891, sendo seu primeiro juiz da paz o Sr Francisco Schustel. Os limites que deveriam abranger o então distrito da paz continuaram os mesmos da subdelegacia de polícia.

A partir de então, Angelina ficou sendo distrito integrante do município de São José, dependente deste em tudo o que se referia aos aspectos políticos, jurídicos e econômicos. Finalmente em 1961, Angelina tornou-se município, emancipando-se de São José. Então, um século depois da fundação da Colônia Nacional de Angelina (1861), foi criado o município de Angelina, a 7 de dezembro de 1961, conforme Lei Estadual Nº 781 e instalado aos 30 dias daquele mês e ano.

Aprovada a lei de criação do município, Angelina passou a ter os seguintes limites:

- Com município de Biguaçu, hoje com o município de Antônio Carlos;
- Com o município de São José, hoje município de São Pedro de Alcântara;
- Com o município de Bom Retiro, hoje município de Alfredo Wagner;
- Com o município de Nova Trento, hoje Leoberto Leal;
- Com o município de Major Gercino;
- Com o município de Águas Mornas;
- Com o município de Rancho Queimado.

À época do primeiro recenseamento geral do Império do Brasil, Angelina em 1872, tinha 1004 habitantes. No recenseamento de 1920, como sendo distrito do município de São José, apresenta-se com um total de 5.114 habitantes, dos quais 2.583 homens, 525 alfabetizados e 2058 analfabetos e 2531 mulheres, sendo 360 alfabetizadas e 2171 analfabetas.

Em 1940, Angelina aparece dentro do município de São José integrando dois distritos: Angelina e Garcia. No distrito de Angelina com uma população de 2.552 habitantes, dos quais 1.231 homens e 1.321 mulheres. O distrito de Garcia apresentava-se com um total de 3.150 habitantes, sendo 1.620 homens e 1.530 mulheres.

Em 1940, segundo o senso realizado neste ano, tinha um total de 5.702 habitantes. No recenseamento de 1960, Angelina e Garcia totalizavam 7.474 habitantes. Em 1970, a área da antiga Colônia Nacional de Angelina estava praticamente incluída no município de Angelina. Atualmente, o município conta com aproximadamente 5.500 habitantes, de acordo com o último senso demográfico.

1.2.2 Aspectos físico-geográficos

A região onde se situa o município de Angelina possui clima temperado quente, com verão quente e temperatura média entre 16°C e 27°C.

O relevo do município apresenta extensas áreas de várzeas e planícies sedimentares, entremeadas de morros, situado em uma região de rica beleza natural a 450m acima do nível médio do mar. Com uma população de 5322 habitantes segundo o último censo demográfico do IBGE e uma área territorial de 625 km².

Angelina está localizada na região serrana e pertence à Associação dos municípios da grande Florianópolis e a comarca de Santo Amaro da Imperatriz. Limita-se com os municípios de: Rancho Queimado, Águas Mornas, Major Gercino, São Pedro de Alcântara, Antonio Carlos e Leoberto Leal.

O sistema rodoviário é constituído por estradas estaduais e municipais.

1.2.3 Aspectos sócio-econômicos

O município de Angelina tem como economia básica a agropecuária de corte, leite e apicultura e avicultura de corte, olericultura, fumo e grãos. A agricultura familiar é predominante. Quanto ao solo e aptidão agrícola, predominam as classes II à IV. Com as novas práticas

conservacionistas implantadas através do Programa de Microbacias, houve uma mudança no uso e manejo do solo com a utilização de adubação verde, cultivo mínimo, plantio direto, entre outras.

A grande maioria dos produtores rurais utiliza tração animal e cerca de 60% dispõe de micro trator para os trabalhos na propriedade. Nas áreas de culturas anuais, após a colheita, são cultivadas pastagens de inverno (aveia e azevém) para melhorar a qualidade e quantidade de alimentos no inverno, também estão sendo recuperadas as pastagens nativas, através do PRAPEM/MB2, projeto de pastagem rotativa.

A produção integrada no município está sendo desenvolvida através da inserção de novas técnicas de diversificação de produção nas propriedades, buscando a diminuição do uso de insumos e defensivos assegurando a sustentabilidade do solo e do ambiente. A grande maioria dos agricultores utiliza o cultivo mínimo e plantio direto nas propriedades. O município de Angelina tem como economia básica a agropecuária, e a olericultura é também uma das atividades principais, onde há um grande uso de agrotóxicos pelos agricultores, não fugindo a regra dos problemas relacionados acima, e até em nível de estado.

TABELA 1: Classes de aptidão de uso dos solos do município

| CLASSE DE SOLO EM RELAÇÃO À DECLIVIDADE | APTIDÃO DE USO | ÁREA EM HECTARES | % |
|--|---|---------------------|-----|
| 1 (0 a 8%) | Lavoura e pastagens | 2.500 | 4 |
| 2 (8 a 20%) | Lavoura e pastagens | 16.250 | 26 |
| 3 (20 a 45%) | Lav. Past. Reflorestamento capoeiras e matas | 21.250 | 34 |
| 4 (45 a 75%) | Past. Reflorestamento capoeiras e matas | 13.125 | 21 |
| 5 (maior 75%) | Capoeiras e matas | 9.375 | 15% |

Fonte: Epagri

TABELA 2: Utilização das terras

| DISCRIMINAÇÃO | ÁREA (ha) | % |
|--|-----------|------|
| Lavouras temporárias de verão – grãos e hortaliças | 5.581 | 8,89 |
| Lavouras permanentes – frutas | 80 | 0,01 |
| Campo naturalizado | 15.592 | 25 |
| Pastagem perene de inverno | 602 | 1 |
| Pastagem perene de verão | 500 | 0,8 |
| Campo nativo melhorado | 300 | 0,5 |
| Matas naturais | 30.558 | 49 |
| Reflorestamento | 1.554 | 2,40 |

| | | |
|------------------------|-------|-------|
| Terras inaproveitáveis | 7.733 | 12,40 |
|------------------------|-------|-------|

Fonte: Epagri

TABELA 3: Principais atividades agrícolas

| ATIVIDADE | | ESTAB | FAMÍLIAS | ÁREA (ha) | PRODUTIVIDADE | PROD. | VALOR DA PRODUÇÃO (R\$) |
|---------------------|--------------------------------|-------|----------|-----------|---------------|---------|-------------------------|
| CULTURAS ANUAIS | Arroz | 30 | 30 | 4,0 | 1,5t | 06t | 2.644,80 |
| | Milho | 857 | 857 | 1.200 | 5,1t | 6.120t | 1.642.199,90 |
| | Feijão | 260 | 260 | 410 | 1,25t | 512,5t | 532.829,13 |
| | Mandioca | 73 | 73 | 80 | 15t | 1.200t | 132.000,00 |
| | Alho | 8 | 8 | 2 | 3t | 6t | 16.020,00 |
| | Batata inglesa | 120 | 120 | 130 | 15t | 1.950t | 994.500,00 |
| | Batata salsa | 132 | 132 | 150 | 20t | 3.000t | 1.680.000,00 |
| | Outras olerícolas | 438 | 438 | 540 | 20t | 10.800t | 4.320.000,00 |
| PERMANENTESCULTURAS | Pêssego | 100 | 100 | 15 | 1t | 15t | 16.950,00 |
| | Silvicultura – reflorestamento | 316 | 316 | 854 | --- | --- | --- |
| | Silvicultura – florestamento | 923 | 923 | 14.558 | --- | --- | --- |

Fonte: Epagri

TABELA 4: Principais atividades pecuárias

| ATIV | ESTAB | FAMÍLIAS | REBANHO | CABEÇAS ABATIDAS | DESFRUTE | MATRIZES | PRODUT | PROD. TOTAL |
|--------------|-------|----------|-----------|------------------|----------|----------|--------|-------------|
| Bovino leite | 226 | 226 | 1571 | 80 | 135 | 1356 | 6 l | 2.969.640l |
| Bovino corte | 410 | 410 | 10.250 | 3.300 | 0 | 3.000 | 275 | 907.500 kg |
| Aves corte | 25 | 25 | 2.675.000 | 2.568.000 | --- | 0 | 1,8kg | 4.622.400kg |

Fonte: Epagri

O município tem ainda a contribuição econômica de indústrias de produtos florestais, serrarias familiares, de médio e de grande porte, indústrias de produtos vegetais familiares, de médio e de grande porte, indústrias de produtos pecuários familiares, de médio e de grande

porte, casas agropecuárias, cooperativas agropecuárias, cooperativas de crédito rural e bancos que apóiam o desenvolvimento rural.

TABELA 5: Quadro síntese

| RAMO DE ATIVIDADE | ESTABELECIMENTOS |
|-------------------------------|------------------|
| Serrarias | 4 |
| Indústrias madeireiras | 2 (legalizadas) |
| Agroindústria de grande porte | -- |
| Agroindústria familiar | -- |
| Casas agropecuárias | 5 |
| Cooperativas agropecuárias | -- |
| Cooperativas de crédito rural | -- |
| Bancos | 1 |

Fonte: Epagri

O município de Angelina possui 3 hotéis e 3 pousadas, recebendo todos os que aqui vierem com conforto e hospitalidade. Dispõe de uma agência do BESC, uma agência dos Correios, onde funciona o Banco Postal e a Agência Lotérica da Caixa Econômica Federal, todos localizados na sede do município.

A responsável pelo fornecimento de energia elétrica é a CELESC, que conta com um escritório na sede do município, e uma usina de produção/geração de energia.

A central de telefones está localizada na sede, sendo que a grande maioria das residências da sede, Garcia, Alto Garcia e Rancho de Tábuas já contam com o serviço de telefonia, e na área rural os agricultores em sua minoria, possuem telefones móveis e fixos.

As linhas utilizadas para conectar-se a internet no município são através de antena de Rádio, Internet discada, banda larga e ADSL.

O município de Angelina possui mais de 1000 km de rede viária, em condições razoáveis de tráfego. Para percorrer grande parte desta rede existe o transporte coletivo por parte das empresas Santa Terezinha e Angetur. A área rural do município não dispõe de linhas diárias de ônibus para a sede.

As principais lojas do município estão situadas na sede do município, sendo bastante diversificado e atendendo a demanda existente.

O município dispõe do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Imaculada Conceição e 4 postos de saúde localizados nas comunidades Sede, Garcia, Rio Novo e Barra Clara, conta com 2 equipes do Programa de Saúde da Família que atuam em todas as comunidades do município.

O abastecimento de água é feito pela CASAN, atendendo 90% da população urbana, 10% da população urbana conta com o abastecimento de água de nascentes protegidas. Por outro lado, 100% da população da área rural é abastecida por águas de nascentes, riachos e cachoeiras, utilizando nas nascentes, com o projeto Microbacias 2 todas as famílias das seis Microbacias deverão possuir e ser atendidas com água de fonte protegida.

O município não dispõe de sistema de rede e tratamento de esgoto, portanto na área urbana a maioria das propriedades utiliza fossa séptica, com sumidouros ligados a rede pluvial ou valas de rios. Na área rural, a grande maioria liga a instalação sanitária direto a córregos e rios.

A coleta de lixo atende toda a área urbana, beneficiada pelo sistema da coleta seletiva. A zona rural destina o lixo da seguinte forma:

- 6% queimam ou enterram;
- 4% despejam em solos ou rios;
- 15% aproveitam para criações e produção de húmus;
- 75% é feita à coleta seletiva.

Com o projeto Microbacias 2, pretende-se fazer com que todas as famílias tenham acesso à entrega do lixo, fazendo a coleta seletiva, sendo o lixo orgânico aproveitado nas propriedades. Com relação ao lixo tóxico, ainda não está sendo devolvidas as embalagens às revendedoras. Através do projeto de Microbacias, desenvolvem-se trabalhos de conscientização dos produtores rurais com relação a tríplex lavagem e a devolução das mesmas.

A tabela abaixo apresenta os índices do município de Angelina:

TABELA 6: Índices de desenvolvimento

| IDHM 1991 | IDHM 2000 | IDHM Renda 1991 | IDHM Renda 2000 | IDHM Longevidade 1991 | IDHM Longevidade 2000 | IDHM Educação 1991 | IDHM Educação 2000 |
|--------------|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 0.689 | 0.766 | 0.583 | 0.644 | 0.777 | 0.838 | 0.707 | 0.815 |

Fonte: IBGE, 2008

A rede de ensino pública do município é constituída atualmente de:

- 17 Escolas de Ensino Fundamental
- 2 Escolas de Ensino Médio
- 09 Centros de Educação Infantil e pré-escola
- 03 Pólos de Educação de Jovens e Adultos

Esta estrutura permite atender alunos das comunidades rurais e urbanas. Com o transporte escolar são beneficiados aproximadamente 1284 alunos de pré-escola, 1ª a 5ª série, 6ª a 9ª Série, Ensino Médio.

TABELA 7: Quadro geral de matrículas entre 2006 e 2008

| ANO | CRECHE | PRÉ | E.F | EM |
|------|--------|-----|-----|-----|
| 2006 | 81 | 125 | 773 | 253 |
| 2007 | 91 | 78 | 754 | 244 |
| 2008 | 108 | 60 | 606 | 240 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

2 OBJETIVOS E PRIORIDADES PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

2.1 Fundamentação Teórica

A política educacional se configura através da elaboração e execução de planos e programas de educação. A elaboração dessa política não deverá ser monopolizada pelo poder executivo. Todavia, é sua função coordenar sua implantação. Nesse sentido, deve promover estudos, pesquisas e outros projetos que visem aprimorar o Sistema Municipal de Ensino, considerando a realidade social, econômica e cultural.

A realização de levantamentos estatísticos, pesquisas, coleta de dados e análise de informações técnicas para subsidiar atividades de planejamento, execução e avaliação da educação pode ser diagnosticada a partir dos vários segmentos sociais, visando à cooperação mútua para o desenvolvimento local e regional.

A fim de implementar uma educação de qualidade social, visando o exercício de uma prática educativa cidadã, deve fazer parte da política educacional do município o aperfeiçoamento, a atualização e a qualificação permanente dos trabalhadores em educação da

rede municipal de ensino. Devem ser tomadas as medidas necessárias à orientação e ao aperfeiçoamento do corpo docente e demais trabalhadores da educação.

Com o mesmo objetivo, cabe aos órgãos gestores da educação decidir sobre a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de professores e de outros profissionais vinculados às atividades educacionais sob sua responsabilidade. Cabe ao gestor da educação municipal viabilizar a implantação, nas escolas municipais, das suas propostas político pedagógicas. Para tanto, é fundamental garantir a autonomia administrativa e pedagógica das escolas municipais, de forma integrada ao Sistema Municipal de Ensino.

Para atender estes pressupostos a Secretaria Municipal de Educação se propõe a desenvolver sua política educacional em articulação com o Conselho Municipal de Educação, em consonância com outras secretarias.

Dessa forma, fica evidente a importância da elaboração deste plano buscando oferecer uma educação que fortaleça a cidadania, possibilitando a participação ativa e aquisição de conhecimentos e habilidades socialmente significativos, visando a construção de uma sociedade mais justa, com menos exclusão e menos violência. Portanto, este plano pretende orientar a elaboração de políticas públicas para a educação municipal, expressando um conjunto de diretrizes, um conjunto de propósitos educacionais e um conjunto de práticas educativas voltadas para a qualificação da educação.

Assim, o eixo norteador para a execução deste plano deve estar fundamentado nos seguintes aspectos:

- Orientar as novas práticas educativas, sempre dinâmicas, que privilegiem os conteúdos necessários, adequadas formas metodológicas, os atores, os espaços, as formas de acompanhamento e de crítica, na perspectiva dos fins da educação, como utopia construída pela vontade coletiva;
- Transformar a nova teoria pedagógica em prática pedagógica escolar, sabendo selecionar e organizar conteúdos, superando a atual organização curricular em disciplinas estanques, por meio da construção coletiva de formas pedagógicas que tomem a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como princípios;
- Buscar a articulação entre a escola e o mundo das relações sociais e produtivas, por meio de procedimentos metodológicos que se fundamentem em bases epistemológicas adequadas;

- Organizar e gerir o espaço escolar de forma democrática, internamente, em suas articulações com a sociedade.

2.2 Objetivos e prioridades

Atendendo ao disposto nas legislações vigentes, o presente Plano Municipal de Educação, deverá reger a educação no município de Angelina nos próximos dez anos, e ter como seus os mesmos objetivos apontados pelo Plano Nacional, que são em síntese:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

As prioridades elencadas ao longo desse plano são estabelecidas atendendo o dever constitucional e as necessidades sociais, respeitando a limitação dos recursos financeiros, imposta pela conjuntura econômica e pelas normas federais que regem a matéria. Da mesma forma, terá como suas as mesmas prioridades do Plano Nacional, como segue:

- Garantia de Ensino Fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas estadual e municipal de ensino para que todos obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo.

- Garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. Desafio a ser enfrentado pelo município em parceria com a união, o estado, a iniciativa privada e instituições da sociedade civil organizada. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos

como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino, mas indo além, com o domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

- Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino; a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação Superior. Garantir, ainda, a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na Educação Infantil, quer no Ensino Fundamental, e a gradual extensão do acesso ao Ensino Médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se referem a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Para isso, o município ampliará o número de classes e de escolas de Educação Infantil; manterá cursos de qualificação profissional básica e apoiará o Ensino Médio e o profissional mantidos pelo estado e por ONGs e demais organizações da sociedade civil interessadas em promover o ensino gratuito.

- Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e plano de carreira de magistério.

- Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

3 NÍVEIS DE ENSINO

3.1 Educação Infantil

3.1.1 Diagnóstico

Considera-se que "a educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio de condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal" (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

A Constituição Federal estabelece "o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis, a educação de seus filhos e dependentes de 0 a 6 anos" e com a implantação do FUNDEB, os recursos destinados à educação foram destinados obrigatoriamente para outras modalidades e níveis de ensino, diminuindo o montante do município para investir na Educação Infantil e em outros investimentos considerados como aplicação no ensino, limitando desta forma a capacidade de ampliar o atendimento neste segmento, inclusive a exclusão das creches, comprometendo o direito à educação de crianças de 0 a 3 anos. Nessa realidade a administração municipal tem buscado formas alternativas para atender às crianças dessa faixa etária.

Definida como primeira etapa da Educação Básica, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e de competência dos municípios, a Educação Infantil deve ser oferecida em creches, ou entidades equivalentes para crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos.

Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei 9.394/96), novas exigências têm se apresentado para as instituições de Educação Infantil, provocando uma série de mudanças na sua estruturação, organização e finalidade. Uma destas mudanças diz respeito à concepção de que a Educação Infantil se constitui como primeira etapa da Educação Básica, configurando-se como direito da criança e não apenas dos pais ou responsáveis trabalhadores.

No que diz respeito às condições de funcionamento é importante reconhecer que, na rede pública, existem não só instituições com boas condições de funcionamento (infra-estrutura projeto pedagógico e qualificação profissional), mas também instituições que oferecem ambientes ainda deficitários. Essas condições incluem qualificação profissional, condições dos prédios (iluminação, ventilação, rede elétrica e hidráulica, segurança, instalações sanitárias, instalações da cozinha, entre outros), dos pátios, dos equipamentos e mobiliários, do material pedagógico, dos brinquedos, e das relações e atividades propiciadas pelos adultos às crianças.

Conforme relatório do Programa Saúde na Família, conduzido pela Secretaria Municipal de Saúde, em Angelina existem aproximadamente 208 crianças de 0 a 5 anos. Na rede pública municipal, existem 9 Centros Municipais de Educação Infantil, atendendo atualmente 179 crianças. Na rede pública estadual não existe Centros de Educação Infantil.

Em Angelina, o atendimento às crianças tem sido oferecido, ao longo dos anos, por instituições públicas municipais. A avaliação quantitativa da Educação Infantil no município pode ser analisada com o auxílio das seguintes tabelas:

TABELA 8: Progressão no número de instituições

| REDE | 2007 | 2008 | 2009 |
|--------------|------|------|------|
| MUNICIPAL | 9 | 9 | 9 |
| ESTADUAL | -- | -- | -- |
| PARTICULAR | -- | -- | -- |
| TOTAL | 9 | 9 | 9 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 9: Progressão de matrículas por rede de ensino

| REDE | 2007 | 2008 | 2009 |
|------------|------|------|------|
| MUNICIPAL | 206 | 168 | 179 |
| ESTADUAL | -- | -- | -- |
| PARTICULAR | -- | -- | -- |

| | | | |
|--------------|-----|-----|-----|
| TOTAL | 206 | 168 | 179 |
|--------------|-----|-----|-----|

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

3.1.2 Diretrizes

Segundo a legislação em vigor, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, direito de toda criança e obrigação do Estado (Artigo 208, IV, da Constituição Federal). Ela deve atender a faixa etária de 0 a 5 anos, período decisivo da vida em que se constituem as bases para o desenvolvimento integral da criança como pessoa humana. As instituições de Educação Infantil têm papel complementar ao da família no que concerne à educação das crianças. Sua identidade deve se assentar na co-responsabilidade entre poder público e família, de modo a proporcionar experiências significativas, promovendo o bem estar da criança, reconhecendo suas necessidades e interesses, no contexto das exigências educativas postas pela sociedade atual.

A partir destes pressupostos é importante que o poder público reconheça a importância da Educação Infantil como prioridade de políticos e de gestores educacionais. Mesmo na evidência de significativas melhorias na consciência social sobre o papel da educação nos primeiros anos de vida, grande parte dos profissionais da educação ainda desconhece sua importância, e muitos dos que formulam políticas educacionais ainda subestimam seu papel.

Sabe-se que Angelina enfrenta ainda grandes desafios nesse segmento da educação, sendo imperativo investir nesta área, num esforço conjunto das redes públicas, capaz de elevar os índices de atendimento até que se atinjam as crianças em sua totalidade. Investimentos são necessários não só para a ampliação desse atendimento, como também para a melhoria da sua qualidade, que, em algumas instituições, encontra-se aquém da desejada.

O processo de transferência deste atendimento, da área de assistência social para a de educação, aconteceu sem que se alocassem os investimentos financeiros necessários a esta etapa da educação. A redistribuição dos recursos financeiros pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) traz um novo alento e se apresenta, também, como ferramenta para enfrentar problemas, tais como: inadequação dos prédios e dos equipamentos; falta de materiais pedagógicos e de qualificação dos profissionais para atuar neste segmento.

As instituições de Educação Infantil não devem pautar o seu projeto pedagógico pelo modelo escolarizante, de formalização excessiva, que mantém as crianças durante todo o período dentro das salas de aula, em atividades que priorizam os aspectos cognitivos. Ao contrário, devem favorecer e oportunizar experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança, levando-a a construir identidade própria, a partir da compreensão infantil em sua totalidade. A atuação docente na Educação Infantil precisa se basear em amplas áreas de conhecimento, para que se consiga trabalhar de forma integrada os três eixos que a fundamentam: brincar, cuidar e educar, conforme estabelecem a LDB Nº 9394/96 e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI).

As redes que atuam na Educação Infantil devem adequar-se a estas diretrizes nacionais e ter como referencial os objetivos e metas relativos à educação no campo e à educação especial.

3.1.3 Metas e objetivos

1. Garantir, a partir da aprovação deste plano, a oferta de atendimento e melhoria à Educação Infantil, de forma a atender, 100% das crianças da pré-escola (4 à 5 anos) e gradativamente até chegarem ao máximo possível no atendimento da creche, (zero a três anos);

2. Garantir, gradativamente, durante a vigência deste plano, atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais, nas instituições municipais de Educação Infantil, prevendo infra-estrutura necessária e atendimento às especificidades com profissionais especializados, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica;

3. Estabelecer, gradativamente, após a aprovação deste plano, que todas as instituições de atendimento à Educação Infantil no município, busquem adequar-se à legislação educacional vigente, no que trata da organização dos grupos de atendimento (número de crianças por turmas e faixa etária);

4. Estabelecer, a partir da aprovação deste plano, que os padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil contemplem:

- a. sala de professores, de serviços administrativos, pedagógicos e de apoio;
- b. salas para atividades das crianças, com boa ventilação e iluminação, visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;

c. refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atendam as exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;

d. instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para o uso das crianças;

e. instalações sanitárias para o uso exclusivo dos adultos;

f. berçário se for o caso, com área livre para movimentação das crianças;

g. parque infantil;

h. brinquedoteca.

5. Autorizar, a partir da aprovação deste plano, somente construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil que atendam aos padrões mínimos de infra-estrutura definidos nacionalmente;

6. Construir, a partir da aprovação deste plano, em quatro anos, novas instituições públicas municipais de Educação Infantil, (principalmente para as crianças de zero a três anos);

7. Adequar, a partir da aprovação deste plano, em até três anos, as instituições de Educação Infantil da rede municipal de ensino, para que contemplem os padrões mínimos de infraestrutura;

8. Garantir a partir da aprovação deste plano, que o cargo de direção, da instituição de Educação Infantil, seja exercido por profissional formado em curso de graduação em pedagogia ou curso de licenciatura na área de educação;

9. Promover, a partir do segundo ano da vigência deste plano, o processo de eleição dos dirigentes dos centros municipais de Educação Infantil, regulamentado através de ato legal próprio, envolvendo toda a comunidade escolar;

10. Assegurar, durante a vigência deste plano, a oferta de programas de capacitação continuada aos profissionais municipais da Educação Infantil, de forma que os mesmos atendam as necessidades reais e as peculiaridades desta etapa de ensino;

11. Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, que as instituições de Educação Infantil, reformulem seus projetos políticos pedagógicos, contando sempre com a participação efetiva dos profissionais da educação nelas envolvidos;

12. Fortalecer, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, os mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência social, para o atendimento das instituições de Educação Infantil, de acordo com as suas necessidades;

13. Assegurar alimentação escolar de qualidade para as crianças atendidas na Educação Infantil da rede municipal, através de recursos próprios, somados aos do estado e união a partir do primeiro ano de vigência deste plano;

14. Assegurar, durante a vigência deste plano, o fornecimento de material pedagógico adequado às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, desenvolvido nas instituições municipais de Educação Infantil;

15. Promover, durante a vigência deste Plano, formas de participação da comunidade escolar local, para apoiar a melhoria do funcionamento das instituições municipais de Educação Infantil, ampliando a gestão democrática, proposta pelo Órgão Municipal de Educação;

16. Assegurar, durante a vigência deste plano, a oferta periódica de palestras aos pais dos alunos, atendidos nas instituições municipais de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional;

17. Assegurar, durante a vigência deste plano, o atendimento em tempo integral, nos centros municipais de Educação Infantil às crianças de zero a três anos de idade, conforme as necessidades apresentadas pela família;

18. Promover, durante a vigência deste Plano, estudos e discussões sobre as propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino, a fim de que haja maior compreensão e efetivação de sua prática pelos profissionais de cada instituição;

19. Promover durante a vigência deste plano, a melhoria da qualidade de atendimento em creches e pré-escolas através de programas de formação continuada;

20. Fortalecer no município a concepção de Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, buscando consolidar a melhoria da qualidade do atendimento em creches e pré-escolas;

21. Oportunizar a criança viver a infância em plenitude, como um período que possui características próprias, sendo-lhe asseguradas as condições para que a partir de sua história individual e social, se aproprie do conhecimento constituído pela humanidade;

22. Consolidar uma política municipal para a infância que considere a criança como sujeito de direito, cidadão em processo de desenvolvimento e centro das políticas públicas;

23. Possibilitar gradativamente, a informatização administrativa das instituições de ensino e criação de um programa de inclusão digital com acesso ao maior número de tecnologias possíveis, para docentes e discentes;

24. Garantir durante a vigência deste plano, aplicação de testes de acuidade visual e auditiva, oferecendo acompanhamento médico e equipamentos ópticos a todas as crianças da Educação Infantil, encaminhando-os aos órgãos competentes;

25. Garantir durante a vigência deste plano, o funcionamento de escolas com estrutura física que contemple aspectos como: segurança, saúde, lazer, desporto e acesso aos portadores de necessidades especiais, estabelecendo um prazo de quatro anos para adequação das atuais unidades escolares;

26. Garantir durante a vigência deste plano, biblioteca para Educação Infantil dentro da própria unidade escolar;

27. Garantir durante a vigência deste plano, a criação de oficina de artes;

28. Profissionalizar os funcionários que atuam na escola, no prazo máximo de cinco anos, condicionando o ingresso de novos profissionais à titulação mínima (ensino médio, na modalidade normal), prevista para a carreira;

29. Estabelecer a organização de grupos de crianças, buscando a qualidade, observando a faixa etária e o número de crianças por sala, como consta a seguir: a relação será entre o número de crianças por faixa etária e professores; 05 crianças de até 1 ano por professor; oito crianças de 1 a 2 anos por professor; 13 crianças de 2 a 3 anos por professor; 15 alunos de 3 a 4 anos por professor, e 25 alunos de 4 a 5 anos por professor na pré-escola;

30. Ampliar gradativamente o atendimento integral e do tempo de permanência da criança nos centros de Educação Infantil.

31. Disponibilizar material didático apropriado para os centros de Educação Infantil (brinquedos, jogos, TV, DVD, computadores, parque infantil).

32. Possibilitar a criança acesso às novas tecnologias.

33. Incentivar a horta comunitária nos C.M.E.Is., visando melhoria, e qualidade da alimentação isenta de agrotóxicos.

34. Aproveitar as verduras colhidas na Casa Familiar Rural para a merenda escolar, incentivando a maior produção na mesma.

3.2 Ensino Fundamental

3.2.1 Diagnóstico

A Constituição Brasileira define que o acesso ao Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito de direito público e subjetivo. O não oferecimento pelo poder público ou sua oferta irregular, implica responsabilidade de autoridade competente. O artigo 208 da Constituição Brasileira preconiza ainda, a garantia de sua oferta, inclusive para todos que a ele não tiverem acesso na idade própria. É o básico da formação do cidadão de acordo com a LDB (Lei 9.394/96, artigo 32) e, portanto, é prioridade oferecê-la a toda população.

No município, o Ensino Fundamental é ofertado em 16 escolas, das quais 13 são da rede municipal e 3 da rede estadual. As escolas da rede municipal no Ensino Fundamental apresentam-se em relação ao aspecto físico em situação razoável. Consegue atender a toda a demanda de matrículas do município, em número de salas de aulas e com tamanho adequado com a quantidade de alunos e em instituições de ensino.

Na rede estadual, as 3 escolas apresentam estrutura física adequada, necessitando de algumas reformas para a ampliação de salas de aula e reforma e ampliação das cozinhas. Tanto na rede estadual como na rede municipal as concepções didático-pedagógicas estão fundamentadas na Proposta Curricular de Santa Catarina.

Carecem de um acervo adequado com maior número de livros para a pesquisa e leitura, já as outras duas escolas não possuem biblioteca, apenas alguns livros a disposição na secretaria para os alunos e professores.

O transporte público atende a todas as localidades do município, oferece além do transporte ao Ensino Fundamental, para o Ensino Médio nos três turnos e a APAE. A sua frota precisa ser renovada e ampliada. Porém para o bom e correto funcionamento do transporte escolar haveria a necessidade de um trabalho de conscientização junto à comunidade para preservação da frota e da compreensão de que ela é de uso exclusivo dos alunos.

No que se refere ao corpo docente, na sua didática e prática pedagógica, há necessidade de formação continuada para a aquisição de habilidades e competências para inserir os docentes à realidade do município. Reestruturar os projetos políticos pedagógicos em conformidade com os PCNs, com a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Sistema Municipal de Ensino, buscando alcançar uma identidade na proposta e autonomia nos projetos políticos.

O município de Angelina apresenta muitas dificuldades em relação ao ensino aprendizagem e estruturação física. Todavia, a arrecadação no município inviabiliza algumas

atitudes que poderiam ser adotadas para sanar tais dificuldades. Mas com dedicação, compromisso e esforço coletivo dos setores administrativos, corpo docente, discente e comunidade estes desafios deverão ser superados.

A avaliação quantitativa do município no Ensino Fundamental pode ser analisada com o auxílio das seguintes tabelas:

TABELA 10: Progressão no número de instituições de Ensino Fundamental

| REDE | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------|------|------|------|
| MUNICIPAL | 14 | 14 | 14 |
| ESTADUAL | 3 | 3 | 3 |
| PARTICULAR | -- | -- | -- |
| TOTAL | 17 | 17 | 17 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 11: Progressão de matrículas no Ensino Fundamental por rede de ensino

| REDE | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------|------|------|------|
| MUNICIPAL | 238 | 218 | 232 |
| ESTADUAL | 536 | 523 | 606 |
| PARTICULAR | -- | -- | -- |
| TOTAL | 774 | 741 | 838 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 12: Reprovação e evasão no Ensino Fundamental na rede estadual

| | 2006 | 2007 | 2008 |
|-------------------|-------|-------|-------|
| REPROVAÇÃO | 4,45% | 4,52% | 1,87% |
| EVASÃO | 2,75% | 1,04% | 0,35 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 13: Reprovação e evasão no Ensino Fundamental na rede municipal

| | 2006 | 2007 | 2008 |
|-------------------|-------|-------|-------|
| REPROVAÇÃO | 3,81% | 2,95% | 5,86% |
| EVASÃO | 14 | 12 | 19 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 14: Distorção idade/série no município

| | 2006 | 2007 | 2008 |
|------------------------|-------|-------|-------|
| SÉRIES INICIAIS | 6,78% | 6,60% | 0,77% |

| | | | |
|----------------------|--------|--------|-------|
| SÉRIES FINAIS | 10,75% | 12,72% | 5,13% |
|----------------------|--------|--------|-------|

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

3.2.2 Diretrizes

O Ensino Fundamental possui limites, que devem ser gradativamente superados por meio da consolidação de políticas educacionais que orientem não só para a mobilização social em torno desses objetivos, mas também para o cumprimento de responsabilidades por parte dos agentes responsáveis por este nível de ensino. Vale lembrar que, de acordo com o PNE, as diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

A proposta da Secretaria Municipal de Educação fundamenta-se na visão sócio-histórica. Onde o homem é visto a partir da idéia de condição humana e não de natureza humana. A condição humana se refere ao fato de o homem construir as formas de satisfação de suas necessidades e ao fato de fazer isso na relação que estabelece com os outros homens; a partir das relações que estabelece com os outros cria as condições para se constituir como pessoa. Ou seja, “somente com um esforço dialético é possível entender que os seres humanos fazem a história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela.” (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 1988, p. 13)

Algumas atitudes tornam-se fundamentais para que tal proposta seja entendida e aprendida pelos educadores entre elas:

- Formação continuada para educadores;
- Valorização profissional;
- Formação de uma equipe multidisciplinar para apoiar os educadores nas escolas;
- Parada para estudo das propostas pedagógicas;
- Estruturação da secretaria de educação;
- Socialização de dados entre as redes públicas e privadas;
- Elaboração de projetos em conjunto;
- Elaboração de diretrizes municipais para todas as redes.

3.2.3 Metas e objetivos

1. Assegurar, durante a vigência deste plano, a universalização do atendimento a toda clientela do Ensino Fundamental garantindo o acesso e permanência, com sucesso, de todas as crianças na escola;

2. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a inclusão da ampliação do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos, no Projeto Político Pedagógico, adequando as escolas de acordo com as orientações das normas vigentes do CEE (Conselho Estadual de Educação);

3. Implantar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, um sistema de avaliação, a fim de diagnosticar o nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental, e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades, apresentadas, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino;

4. Assegurar, durante a vigência deste plano, o atendimento, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pelo Órgão Municipal de Educação;

5. Assegurar, durante a vigência deste plano, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, com auxílio de profissionais especializados, respeitando o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos, bem como em instituições especializadas, conforme legislação específica;

6. Promover, durante a vigência deste plano, programas de integração entre escola e pais, visando efetivar o acompanhamento destes no rendimento escolar de seus filhos;

7. Assegurar, durante a vigência deste plano, um programa de capacitação continuada aos profissionais da educação;

8. Adequar o espaço físico das escolas e mobiliários, para receber as crianças do Ensino Fundamental de 09 anos;

9. Garantir, durante a vigência deste plano, a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente do Projeto Político Pedagógico e do regimento escolar das instituições de ensino, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental;

10. Remanejar os professores efetivos para atuar nas áreas de Educação Física, Artes e Informática, oportunizando cursos de aperfeiçoamento para os mesmos;

11. Assegurar, durante a vigência deste plano, o percentual destinado à hora-atividade dos profissionais da educação, de acordo com o estabelecido na legislação educacional;

12. Desenvolver, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, projetos de literatura nas escolas, disponibilizando profissionais capacitados para este trabalho;

13. Garantir, a partir da aprovação deste plano, a construção, ampliação e adequação do espaço físico das bibliotecas das escolas;

14. Garantir, a partir da aprovação deste plano, a continuidade da readequação da estrutura física interna e externa das escolas, visando, principalmente, a superação das barreiras arquitetônicas, permitindo um atendimento digno aos alunos com necessidades educacionais especiais;

15. Instalar gradativamente, sala de Informática para atender todas as séries, e destinar as salas já existentes um profissional pedagógico;

16. Implantar a partir do primeiro ano de vigência deste plano, programa de avaliação institucional visando a melhoria dos índices do IDEB;

17. Implantar durante a vigência deste plano, políticas que corrijam as distorções série /idade;

18. Adequar os projetos desenvolvidos nas unidades escolares de acordo com a necessidade e realidade de cada escola a partir do primeiro ano de vigência deste plano;

19. Disponibilizar a professores e diretores, ferramentas como computadores com internet, capacitação e oficinas, que auxiliem e melhorem seus trabalhos a partir do primeiro ano de vigência deste plano;

20. Integração escola e comunidade na busca de soluções para problemas sociais e ambientais durante a vigência deste plano;

21. Criar no primeiro ano de vigência deste plano a lei do sistema municipal de ensino;

22. Elaborar em parceria com os docentes, a proposta pedagógica para o Ensino Fundamental de nove anos, bem como o referencial pedagógico da Educação Infantil, isto deverá ocorrer até o final de 2012;

23. Criar parcerias com a Secretaria de Agricultura para colaboração e subsídios na implementação dos projetos de horta escolar e projetos ambientais nas escolas públicas municipais;

24. Viabilizar parcerias com a Secretaria de Saúde para a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva para detectar problemas e oferecer acompanhamento médico para os alunos que apresentarem necessidade;

25. Viabilizar parcerias com a Secretaria de Saúde que assegure a prevenção e o atendimento necessário a todos os alunos, incluindo serviços especializados;

26. Ampliar gradativamente o acervo bibliográfico das unidades escolares para pesquisa e leitura de alunos e professores;

3.3 Ensino Médio e Profissionalizante

3.3.1 Diagnóstico

Atualmente, o Ensino Médio no município é atendido por 2 instituições da rede estadual com um total de 234 alunos. Esta demanda é atendida nos períodos matutino, vespertino em uma escola e o noturno na outra.

Os alunos que encerram o Ensino Médio no município procuram o Ensino Superior em outros municípios, pois em Angelina ele só é oferecido na modalidade de ensino a distância para os cursos de Administração e Pedagogia.

TABELA 15: Número de instituições de Ensino Médio

| REDE | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------|------|------|------|
| MUNICIPAL | - | - | - |
| ESTADUAL | 02 | 02 | 02 |
| PARTICULAR | - | - | - |
| TOTAL | 02 | 02 | 02 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 16: Número de matrículas no Ensino Médio por rede de ensino

| REDE | 2006 | 2007 | 2008 |
|------|------|------|------|
|------|------|------|------|

| | | | |
|--------------|-----|-----|-----|
| MUNICIPAL | - | - | - |
| ESTADUAL | 246 | 252 | 251 |
| PARTICULAR | - | - | - |
| TOTAL | 246 | 252 | 251 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 17: Número de reprovação e evasão no Ensino Médio

| | 2006 | 2007 | 2008 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| REPROVAÇÃO | 4 | 0 | 0 |
| EVASÃO | 19 | 7 | 14 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

3.3.2 Diretrizes

O Ensino Médio brasileiro teve como referência e objetivo, ao longo de sua existência, a preparação para o ingresso na Educação Superior, constituindo-se, historicamente, como o grau de ensino que atenderia àqueles que, vencendo a barreira da escola obrigatória, almejavam alcançar os estudos superiores, para finalizar sua formação pessoal e profissional. Porém, com o avanço das lutas pela democratização do ensino e com as novas exigências da Sociedade de Informação este não poderia mais ser o único objetivo a ser alcançado.

A Constituição de 1988 já prenuncia a inclusão deste nível de ensino na Educação Básica quando, no inciso II do artigo 208 atribui como dever do Estado, a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio”. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o Ensino Médio passa a integrar legalmente a Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como finalidades do Ensino Médio (segundo artigo 35 e seus incisos) “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos”, bem como “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Menciona também “o aprimoramento do educando como pessoa

humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, para o que recomenda a garantia da “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”.

O Ensino Médio assume, portanto, o objetivo de desenvolver a autonomia intelectual e cultural do educando, de forma contextualizada, como recurso para que ele supere a condição de espectador passivo e assuma a construção do próprio conhecimento, por meio de aprendizagens significativas que o mobilizem para estabelecer relações interventivas e transformadoras, no âmbito da vida pessoal, sócio-cultural-político-econômica, exercendo de forma consciente seu papel de cidadão em prol do bem comum.

Essa inclusão do Ensino Médio como etapa final da Educação Básica define-o como nível educacional de formação do adolescente, do jovem e de todos aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, devendo propiciar-lhes formação intelectual e cultural, assim como sua preparação básica para o trabalho. Nesta perspectiva, o Ensino Médio precisa ser pensado no sentido de atender não só àqueles que aspiram melhores condições de vida e possibilidades de emprego, mas, também, aos jovens e adultos trabalhadores que precisam estudar.

Com duração mínima de três anos, o Ensino Médio deve ser progressivamente obrigatório e gratuito, tal como o é o Ensino Fundamental, e deve ter, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, três áreas de concentração para o desenvolvimento de seu currículo: Linguagens e Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias.

A expressão “e suas tecnologias”, acrescida a cada área do conhecimento, explicita a necessidade de os educandos, desse nível de ensino, tornarem-se aptos à atuação no mundo da informação de base tecnológica. Para tanto, é imprescindível que o Ensino Médio disponha de recursos próprios para garantir não só a oferta e a ampliação de vagas, mas, também, a adequação dos espaços físicos, das condições tecnológicas, a capacitação e aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da educação que atuam nesse nível educacional, propiciando-lhes condições de trabalho adequadas, que garantam também a melhoria da qualidade do ensino.

Assim, inclui-se como objetivo geral deste plano não só reordenar e expandir o número de vagas da escola de Ensino Médio, atendendo ao trabalhador que necessita estudar, portanto, com uma atenção especial ao ensino noturno, mas também construir uma nova concepção curricular que se adapte à realidade sociocultural dos sujeitos, melhorando o nível de acesso, a permanência e o aproveitamento dos alunos, durante a vigência deste plano. Tem-se como meta

global, portanto, no que se refere ao Ensino Médio, implementar progressivamente uma política de gestão compartilhada, criando mecanismos de incentivo à participação da sociedade no cotidiano escolar e na construção da identidade deste nível de ensino.

Por outro lado é preciso atender a demanda e a oferta da Educação Profissional, no país, no nível tecnológico, ocorrendo em instituições privadas de Ensino Superior; no nível técnico, é oferecida por escolas pertencentes às redes federal, estadual, municipal e privada e no nível básico, que é promovida por escolas públicas e privadas, outras Secretarias do Estado, por organizações não governamentais, sindicatos, empresas e diferentes instituições.

Não há informações precisas sobre a oferta de formação para o trabalho, justamente porque ela é muito heterogênea. A heterogeneidade e a diversidade são elementos positivos, pois permitem atender a uma demanda muito variada. Mas há fatores preocupantes. O principal deles é que a oferta ainda é pequena e está longe de atingir a população jovem que precisa se preparar para o mercado de trabalho e a de adultos que a ele precisa se readaptar.

3.3.3 Metas e objetivos

1. Favorecer, durante a vigência deste plano, momentos de exposição, desenvolvimento e valorização de talentos de alunos e professores, estabelecendo, para tanto, parceria entre as redes de ensino;

2. Apoiar, durante a vigência deste plano, o contato permanente entre o ensino médio e instituições de ensino superior, com o objetivo de troca de experiências e atualização, integrando o aluno do ensino médio com o mundo acadêmico;

3. Articular junto aos órgãos competentes, durante a vigência deste plano, que as instituições que ofertam o ensino médio, atendam aos padrões mínimos de infra-estrutura, estabelecidos na legislação vigente;

4. Articular, durante a vigência deste plano, parcerias entre as instituições escolares e empresas, com o intuito de proporcionar vagas para estágio, conforme legislação vigente, a alunos que freqüentam o ensino médio profissionalizante;

5. Incentivar, durante a vigência deste plano, a inclusão e a permanência do educando com necessidades especiais em classes comuns, cabendo a cada mantenedora, garantir condições

para que possa receber este estudante e oferecer-lhe um ensino de qualidade, conforme legislação vigente;

6. Estimular e apoiar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a ampliação de cursos profissionalizantes, integrados e subseqüentes ao ensino médio no município;

7. Ampliar e atualizar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, progressivamente, o acervo da biblioteca das escolas, de forma a atingir, anualmente, um acréscimo de, pelo menos, 10% no acervo existente no ano anterior.

8. Assegurar, durante a vigência deste plano, em regime de colaboração com o estado, o transporte escolar, adequado e exclusivo, para alunos do município, conforme suas necessidades (físico-motoras) e distâncias;

9. Apoiar, durante a vigência deste plano, os projetos de construção, reforma e adequação dos espaços, nas instituições que ofertam o ensino médio;

10. Viabilizar, no primeiro ano de vigência deste plano, mecanismos de apoio (espaço físico e material de expediente) para a criação e manutenção de grêmios estudantis;

11. Apoiar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a promoção de atividades interativas das escolas públicas e particulares, visando um maior entrosamento e troca de experiências;

12. Criar sala de informática para atender todas as séries a partir do primeiro ano de vigência deste plano;

13. Implantar ensino médio na Casa Familiar Rural Acúrsio Roberto Shimmitt;

14. Organizar calendário escolar unificado e eventos em parceria com o município.

4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Diagnóstico

O município conta com extensão de instituição de Educação Superior que oferece cursos de graduação na modalidade à distância. Estas instituições oferecem uma quantidade razoável de vagas anuais em alguns cursos de graduação.

Nenhuma instituição de ensino superior possui sede própria no município, oferecendo seus cursos de forma semipresencial em locais variados cedidos por diferentes órgãos. Estes ambientes apresentam infraestrutura satisfatória.

O número de matrículas no município, na Educação Superior, ainda se mantém reduzido, bem como a oportunidades de muitos estudarem em municípios vizinhos com uma variedade maior de cursos. O deslocamento da maioria dos estudantes para estas cidades é feito por transporte escolar oferecido pela prefeitura do município.

4.2 Diretrizes

Esse nível de ensino assume, na sociedade atual, caráter relevante como instância de produção do conhecimento nas diversas áreas do saber e de formação profissional inicial e, sobretudo, como instância privilegiada para o aprendizado permanente. Dentro destes princípios cabe ao poder público contribuir, na medida de suas atribuições legais, para a melhoria da oferta da educação superior e pós-graduação no município, observando as peculiaridades e necessidades locais e buscando garantir a oferta do referido nível de ensino às camadas populares, especialmente aos jovens, na esfera pública da educação.

Cabe ao governo do município contribuir para a garantia da educação superior de qualidade, bem como estabelecer uma política de articulação das ações do ensino, pesquisa e extensão universitárias com as ações estratégicas de desenvolvimento realizadas no município, em benefício da população, por meio de ações de apoio e, se necessário, por meio de parcerias concretas com instituições federais, estaduais e privadas.

É importante destacar nesse plano a relevância de se estabelecer parcerias entre os poderes públicos e a iniciativa privada no envidamento de esforços para a formação dos professores da rede, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada. Com esse objetivo, o poder público municipal deve realizar convênios com as instituições, de modo a aperfeiçoar o quadro de professores mediante o estudo teórico-prático das diversas áreas do saber docente.

Outro aspecto que se torna relevante quando das abordagens em relação à Educação Superior e Pós-graduação, diz respeito a inúmeras possibilidades no trabalho nas áreas da saúde e de outros serviços, em trabalhos de parceria que contribuam para o desenvolvimento do município e para a superação das desigualdades sociais, sempre fundados em princípios éticos.

4.3 Metas e objetivos

1. Apoiar a oferta de educação superior regular com cursos seqüenciais de graduação e pós-graduação, e as atividades de extensão universitária e de pesquisa;
2. Contribuir com as políticas que visem a dobrar a oferta de educação superior para a faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da vigência deste plano;
3. Defender políticas que contribuam para a ampliação de vagas nas instituições públicas a partir da vigência deste plano;
4. Buscar articulação junto às IES para a continuação da utilização da Educação a Distância (EaD) a partir do primeiro ano de vigência deste plano;
5. Incentivar a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o aumento do número de mestres e doutores no município;
6. Incentivar, durante a vigência deste plano, a disseminação da prática da pesquisa da educação e áreas afins, como aspecto integrante e modernizador dos processos de ensino aprendizagem, nas redes de ensino, inclusive com a participação das IES nos desenvolvimento da pesquisa;
7. Estabelecer parcerias que permitam à rede educacional de Angelina tornar-se campo de pesquisa das IES, sendo que o objetivo maior desta parceria é o de melhorar a qualidade de ensino das unidades escolares, respeitando sempre a autonomia da rede educacional;
8. Implementar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, durante a vigência deste plano;
9. Estimular as IES a estabelecer, em parceria com o setor público, implantação de planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas que atuam no município, durante a vigência deste plano;
10. Fortalecer a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o Conselho Municipal de Educação que conta com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar, o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.

5 MODALIDADES DE ENSINO

5.1 Educação de jovens e adultos

5.1.1 Diagnóstico

A educação de jovens e adultos surgiu no Brasil, na década de 1930, para atender a parcela da população brasileira que não teve acesso à escolarização na idade própria, impossibilitados pela necessidade de sobrevivência e a não oferta de ensino para todos. Essa modalidade de ensino fez-se necessária em virtude das transformações pelas quais a sociedade brasileira passava. Fatores como o processo de industrialização e o crescimento da população urbana, impulsionaram a ampliação da educação elementar, pelo governo federal, traçando diretrizes educacionais para todo país, estendendo o ensino aos adultos, mais especificamente na década de 1940.

Em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adultos em âmbito nacional, criando-se as escolas supletivas, consideradas deficientes no aspecto administrativo, com um aprendizado superficial, considerando o adulto como um ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas. No final da década de 50, apareceram críticas à Campanha de Educação de Adultos relacionadas a suas deficiências administrativas e financeiras e, principalmente a sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país.

Todas essas críticas convergiram para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire.

Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora e que não negasse a sua cultura, mas que fosse transformando em novos conhecimentos, através do diálogo, considerando as diversidades regionais e locais. Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização conscientizadora, cujo princípio básico, idealizado por Freire era: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Freire defendeu sempre que a leitura de mundo é tudo aquilo que tem significado para o indivíduo.

Mas logo em seguida, em 31 de março, com o golpe militar em 1964, os programas de alfabetização e educação popular, que haviam até então se multiplicado, foram vistos como uma ameaça à ordem, sendo então substituídos e criados programas assistencialistas e conservadores a exemplo do MOBRL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), implantado de forma massiva, porém superficial, fruto de uma sociedade de época, vazio de todo sentido crítico e problematizador, ou seja, sua função era levar o adulto analfabeto a participar de benefícios de uma sociedade “moderna”. Porém, mantiveram-se algumas experiências isoladas de alfabetização com propostas mais críticas, vinculadas a movimentos populares.

Com o início da abertura política, na década de 1980, emergiram os movimentos sociais e, com isso, as experiências acima foram ampliando-se e os projetos de alfabetização se desdobraram em turma de pós-alfabetização, extinguindo-se o MOBRL. Em substituição, foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, que objetivava apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas. Na última década do milênio, verificou-se que, embora tivessem surgido ações visando a erradicação do analfabetismo, a enorme dívida social gerada por um modelo de desenvolvimento que não promovia justiça social não foi extinta.

5.1.2 Diretrizes

A educação de jovens e adultos, enquanto modalidade educacional atende alunos que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria, tendo como finalidade e objetivo o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que o educando participe política e produtivamente das relações sociais, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

A característica desta modalidade de ensino é a diversidade do perfil dos educandos, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontram, a situação socioeconômica e cultural, as ocupações e a motivação pela qual procuram a escola. O universo da EJA contempla diferentes culturas que devem ser priorizadas na construção de diretrizes educacionais, com inovações através de conteúdos significativos. Nesta perspectiva, há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos.

No decorrer do processo educativo, a autonomia intelectual do educando deve ser estimulada, para que o mesmo possa dar continuidade aos estudos, independente da educação formal. A viabilidade do acesso e permanência deste educando na escola, fortalecer-se-á, a partir de políticas públicas municipais que garantam este atendimento, destinando recursos próprios para a manutenção e a melhoria da qualidade do ensino, nas escolas, ampliando progressiva e significativamente o atendimento da demanda desta população sob formas diversas e flexíveis, assegurando a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, até que sejam alcançadas as metas de superação do analfabetismo, a universalização do ensino fundamental e o acesso ao ensino médio.

Faz-se necessário, portanto, a garantia do investimento de recursos financeiros específicos por parte do poder público do município no atendimento da EJA, com provisão de condições adequadas de ensino-aprendizagem, instalações escolares, materiais didáticos pedagógicos e tecnológicos, levantamento de dados referentes à população analfabeta ou com pouca escolaridade, valorização dos profissionais da EJA, propiciando-lhes condições de trabalho e remuneração condignas, capacitando-os para o desempenho de suas atividades em processo de formação inicial e continuada, visando fortalecer a identidade político-pedagógica e a melhoria da qualidade da EJA. Desta forma, as diretrizes, a serem traçadas para esta modalidade de ensino, dizem respeito a:

- Levantar dados da população analfabeta ou com o Ensino Fundamental incompleto, existente no município, com a finalidade de atender a demanda e elevar o nível de escolaridade da população;
- Assegurar recursos financeiros para o atendimento da educação de jovens e adultos, garantindo os padrões mínimos de qualidade;
- Garantir o atendimento da demanda da educação de jovens e adultos, em todo o município (cidade e interior), sob formas diversas e flexíveis, visando a erradicação do analfabetismo;
- Assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico adequado aos alunos e professores da EJA, bem como materiais de incentivo à leitura;
- Viabilizar o acesso à informática educacional aos alunos de educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino;

- Articular, junto às Instituições de Ensino Superior do município, para que insiram em seus currículos, as temáticas relacionadas à EJA, de modo a contribuir para a formação inicial e o aperfeiçoamento dos professores;

- Implantar a formação continuada dos professores e equipe técnico-pedagógica da rede municipal de ensino, atuantes na educação de jovens e adultos;

- Assegurar o atendimento especializado, na educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino, para os alunos com necessidades especiais, incluindo material didático-pedagógico e formação continuada e adequada dos professores;

- Acompanhar a oferta da EJA, por meio de avaliações e diagnósticos, com vistas ao desenvolvimento das ações propostas e a efetiva socialização dos seus resultados, buscando a superação dos fatores que dificultam a oferta, o acesso, o rendimento e a permanência, na escola, do educando desta modalidade de ensino.

5.1.3 Metas e objetivos

1. Alfabetizar 60% dos jovens e adultos de Angelina nas séries iniciais do Ensino Fundamental em seis anos e, até o final da década;

2. Erradicar o analfabetismo, oferecendo para toda a população maior que 15 anos todo o Ensino Fundamental;

3. Oportunizar formação continuada a todos os educadores do EJA;

4. Favorecer o acesso, promover a descentralização e estimular a participação de jovens e adultos na realização de exames Supletivos oferecidos pelo município;

5. Assegurar uma educação que permita a construção de sujeitos participativos e que tenham consciência de sua responsabilidade social no exercício da cidadania;

6. Equipar com sistema informatizado as escolas e a Secretaria de Educação, a fim de garantir armazenamento dos dados da vida escolar dos alunos ativos e inativos;

7. Atualizar e ampliar o acervo das bibliotecas, incluindo a Educação de Jovens e Adultos no fornecimento de material pedagógico;

8. Até o final da década deverão ser atendidas todas as metas propostas para a EJA e a conseqüente transformação das CEJAS em Centro de Formação Continuada.

5.2 Educação a distância e tecnologias educacionais

5.2.1 Diagnóstico

A modalidade de educação a distância é ofertada no município desde 1999 na modalidade a distância através de módulos oferecendo Ensino Fundamental e Médio. Em 1999 o curso era oferecido pela cooperativa COPEREDUCA através da FECE. Atualmente é oferecido pela COOPE; as aulas acontecem no período noturno em 03 pólos de atendimento. Nas escolas Norberto Teodoro de Melo (Barra Clara), João Frederico Heck (Garcia) e no Centro Catequético (sede) os professores são contratados pela cooperativa e os alunos pagam mensalidade.

5.2.2 Diretrizes

A Educação a distância, veio proporcionar às pessoas que trabalham e não possuem muito tempo disponível para estudar e se aperfeiçoar, a oportunidade de fazê-lo em instituições comprometidas com a qualidade na educação, e por um custo acessível.

A educação a distância, prevista na LDB, é estabelecida através da interação professor-aluno que ocorre através das diversas tecnologias educacionais como: televisão, computadores, internet, sistemas de rádio, entre outros. Para tanto, é necessário um rigoroso acompanhamento e avaliação do sistema de ensino nesse processo.

As tecnologias educacionais, não podem restringir-se à utilização da educação a distância. Elas constituem-se em importantes mecanismos para o enriquecimento da proposta curricular do ensino presencial. Para que haja maior integração dessas tecnologias nos processos educativos é necessário que os professores sintam-se motivados ao utilizar a tecnologia, e possam explorar os recursos como *software* educativo, CD-ROM e internet, identificando aqueles que possam enriquecer suas aulas. Daí a importância de se capacitar continuamente os professores, revendo o projeto político pedagógico das escolas a fim de incorporar estas tecnologias. Nos últimos anos,

os professores se conscientizaram do valor da televisão educativa como ferramenta no ensino e aprendizagem, utilizando-a em sala de aula.

Pela enorme velocidade com que se desenvolve a tecnologia, torna-se difícil determinar seus rumos, sua qualidade e suas aplicações educativas. Porém, para propiciar uma educação voltada ao desenvolvimento científico tecnológico e incorporar as novas tecnologias de informação, será necessário viabilizar computadores, conectados à internet nas escolas do município.

Proporcionar o acesso ao ensino de qualidade é o grande desafio da educação no Brasil. Em um país de proporções continentais, medidas paliativas ajudam, mas não resolvem. É necessária uma mudança de paradigmas para democratizar o ensino.

A partir deste pressuposto, o poder público municipal deve apoiar as instituições de ensino que ofertam cursos a distância no município, divulgando-o, fortalecendo sua aceitação perante a população. Uma diretriz coerente é oferecer cursos para o desenvolvimento tecnológico dos profissionais da educação da rede municipal de ensino.

É importante também prover nas instituições de ensino da rede municipal de equipamentos tecnológicos, contemplando-os no projeto político pedagógico de cada instituição, garantindo e mantendo a aquisição de equipamentos básicos adaptados e *softwares* educacionais específicos para o atendimento ao aluno com necessidades especiais da rede pública municipal.

5.2.3 Metas e objetivos

1. Disseminar, incentivar, implantar e desenvolver a cultura de gestão e de uso das Políticas das Tecnologias de Informação e Comunicação na rede pública de ensino;
2. Sistematizar e integrar os Programas relativos à aplicação das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) na educação em âmbito estadual, no contexto das relações sociais;
3. Oferecer capacitação continuada aos profissionais da educação para o uso pedagógico das TICs, de forma presencial e virtual;
4. Preparar e organizar o gerenciamento da utilização dos recursos tecnológicos, na escola;
5. Elaborar, desenvolver, analisar e avaliar projetos voltados à área das TICs educacionais;

6. Criar estratégias para a incorporação dos conceitos de redes cooperativas intra e interescolar a partir do uso das novas TICs;

7. Promover a interdisciplinaridade, em ambientes de aprendizagem em rede, entre os educadores, as áreas de conhecimento, o contexto sócio-histórico e as novas linguagens tecnológicas;

8. Ampliar, gradualmente a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas;

9. Equipar todas as escolas com novas tecnologias, independente do número de alunos;

10. Ampliar a infraestrutura tecnológica, com redução de custos, dos serviços de comunicação e informação, criando um programa que assegure essa colaboração;

11. Fornecer recursos e subsídios para que se promova a educação a distância, para a clientela que não tenha oportunidade de freqüentar cursos regulares;

12. Implantar programas de pesquisa na internet, organização virtual da informação em sala de aula;

13. Instalar em cinco anos, em todas as escolas, núcleos de tecnologia educacional;

14. Instalar em cinco anos, computadores nas salas de professores, bibliotecas, salas de aula regulares e de recursos e nas áreas administrativas das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, promovendo condições de acesso a internet;

15. Capacitar em quatro anos, todos os professores em cursos básicos de informática educativa;

16. Oportunizar o desenvolvimento de programas para a produção de *softwares* educativos de qualidade;

17. Criar e manter Fórum Municipal de TICs educacionais;

5.3 Educação especial

5.3.1 Diagnóstico

A Educação Especial no município de Angelina já tem uma trajetória bastante significativa quanto a inclusão dos alunos surdos, cegos e deficientes mentais no sistema regular de ensino, ainda que com muitas dificuldades em relação ao aluno com deficiência mental, o atendimento educacional tem ficado mais restrito as Escolas Especiais. Porém, neste momento histórico, há o empenho de diferentes segmentos para que o processo de inclusão ocorra de maneira mais eficaz.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde em Angelina existem 73 portadores de deficiência, sendo 39 atendidos na APAE, 6 nas duas escolas estaduais e 3 nas escolas municipais e 25 portadores não freqüentam a escola.

Na parte de assistência social é feita prevenção através de programas de atendimento as famílias com serviços de reabilitação, fonoaudióloga, fisioterapeuta, psicóloga e profissionalização dos atendidos.

A infraestrutura é muito importante, mas o ser humano é muito mais e, sendo assim, o investimento não cabe só a estrutura física, mas também a todos os seus integrantes. A infraestrutura ainda é precária, precisando de banheiros adequados, rampas, materiais didático-pedagógicos, espaços físicos interno e externo.

O acesso e permanência dos portadores de deficiência no ensino regular ocorrem no município, porém vários fatores contribuem que uma parcela fique fora do processo, entre eles a distância entre a residência e a escola, estradas de difícil acesso, desestímulo da família, acomodação, idade um pouco avançada.

Os alunos que freqüentam a escola dependem de transporte público. Este é oferecido a partir da parceria estabelecida entre prefeitura municipal e a APAE.

Verifica-se a resistência e, em alguns casos, desconhecimento dos profissionais da educação sobre a política de educação inclusiva. Há dificuldades dos profissionais em avaliar e identificar o educando com necessidades educacionais especiais e propor uma ação pedagógica voltada para as possibilidades e não para as limitações. Verifica-se pouco investimento na capacitação dos professores das classes regulares em relação a educação especial.

Igualmente, constata-se, também pouco envolvimento dos diferentes segmentos do município em relação à educação especial, em todas as áreas. Constata-se a existência de barreiras arquitetônicas nas escolas da rede regular (estadual e municipal) para receber as pessoas com deficiências físicas. Há também a falta de programa de esclarecimento à comunidade.

TABELA 18: Número de alunos matriculados em 2008

| | Estadual | Municipal | Particular | TOTAL |
|---|-----------------|------------------|-------------------|--------------|
| Deficiência Visual | -- | -- | -- | -- |
| Deficiência Auditiva | -- | -- | -- | -- |
| Deficiência Física | -- | 1 | -- | 1 |
| Deficiência Mental | -- | 1 | -- | 1 |
| Deficiência Múltipla | -- | 1 | -- | 1 |
| Altas Habilidades | -- | -- | -- | -- |
| Condutas Típicas | -- | -- | -- | -- |
| Outras Necessidades Educativas Especiais | -- | 1 | -- | 1 |
| TOTAL | -- | 4 | -- | 4 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

Os alunos inclusos no ensino regular seguem a avaliação contida nas propostas pedagógicas dos estabelecimentos onde estão inseridos. A promoção dos alunos da Classe Especial na área mental, de acordo com a série-idade, é realizada através da classificação que possibilita o reingresso ao ensino regular de acordo com as normas legais.

A educação especial no município conta com, professores cedidos pelo Estado/FCEE, são pós-graduados em Pedagogia e em Educação Física.

A equipe técnica de ensino é composta por uma fonoaudióloga e uma fisioterapeuta contratadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Angelina. Havendo a necessidade encaminha-se a psicóloga que atende no Posto de Saúde. Esses profissionais oportunizam condições que favorecem o desenvolvimento global das potencialidades dos alunos, visando a autonomia, melhor aprendizagem, inclusão social e educacional.

O material didático, utilizado nos programas de educação especial, é adquirido através de projetos, convênios, promoções, PDDE, fundo social e colaboração da comunidade. As propostas pedagógicas foram elaboradas com a participação de professores que atuam na Educação Especial as mesmas atendem a legislação vigente do estado.

Desta forma, contemplam as especificidades de cada estabelecimento de ensino. O atendimento é realizado de acordo com as necessidades do desenvolvimento individual e as especificidades dos alunos inclusos, respeitando suas potencialidades e necessidades, considerando seu ritmo de aprendizagem com adaptações curriculares de pequeno ou grande porte. Assim, as aulas são planejadas, observando-se os objetivos específicos de cada nível e área de ensino, procurando proporcionar o acesso ao conhecimento científico sistematizado,

baseando-se também em projetos pedagógicos que são elaborados e adequados a partir da realidade local.

5.3.2 Diretrizes

O caminho histórico, para o rompimento com a prática da exclusão, tem sido muito longo, embora esteja acontecendo com formas e intensidade diversas nas diferentes regiões do mundo.

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, além das garantias fundamentais gerais da pessoa humana, assegurou, também, alguns direitos específicos às pessoas portadoras de deficiências, cujo atendimento educacional especializado deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino (artigo 208, III). Nesta parcela da população escolar, entendida como “pessoas com necessidades educacionais especiais”, estão os alunos com deficiências (físicas, sensoriais e mentais) e alunos com condutas típicas e superdotados, que necessitam de acompanhamento especializado após passarem pela avaliação diagnóstica, realizada por profissionais qualificados, que orientam o processo de ensino, o atendimento interdisciplinar e as adaptações curriculares necessárias à escolarização desses alunos, criando, na sala de aula e na escola, um espaço de possibilidades diante da diversidade.

A identificação das necessidades educacionais especiais e os encaminhamentos realizados através da avaliação pedagógica e/ou psicoeducacional, definem os atendimentos e os recursos específicos para cada caso. Embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ao elaborar sua proposta pedagógica, o estabelecimento de ensino, respaldado em sua autonomia, deverá prever ações que assegurem um currículo dinâmico, voltado às necessidades do alunado, prevendo, também, adaptações, inclusive no processo avaliativo, considerando as peculiaridades e a flexibilidade da aprendizagem.

Para atingir este objetivo, faz-se necessário, prever e propiciar a capacitação continuada dos profissionais da educação, desmistificando a questão das deficiências e possibilitando oportunidades de atendimento das necessidades educacionais especiais em todas as escolas. É indispensável criar mecanismos para que o professor busque desenvolver uma prática pedagógica de qualidade com todos os alunos, incluídos ou não. O poder público e as organizações da sociedade civil são elos importantíssimos para a efetivação do acesso e

permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais no ensino, conforme preconizam os documentos oficiais e os princípios filosóficos da Educação para Todos. Deste preceito é que são definidas as diretrizes para esta modalidade de ensino que estão voltadas a:

- Implantar projetos para o estudo e aprofundamento das questões pertinentes à educação especial;
- Garantir transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, baixa mobilidade e dependência de auto-cuidados, garantindo a companhia de responsável, quando necessário;
- Realizar estudos para implantar as diretrizes e normas para a terminalidade específica aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Articular as ações de educação especial com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais;
- Criar um banco de dados que mantenha atualizado o censo sobre a população do município, a ser atendida pela educação especial;
- Assegurar que no projeto político pedagógico das instituições municipais de ensino, defina-se, claramente, o processo de inclusão escolar, nas etapas e modalidades de ensino de competência do município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico;
- Assegurar e garantir a aplicação dos testes de acuidade visual e auditiva, aos alunos da educação infantil e ensino fundamental;
- Dar continuidade aos projetos de capacitação para professores e monitores que atuam na educação especial ou no ensino regular com alunos inclusos;
- Viabilizar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na área da surdez, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o intérprete de libras/Língua Portuguesa;
- Criar a função de intérprete de libras/Língua Portuguesa e de instrutor de libras, para atuação nas instituições municipais de ensino;
- Valorizar o professor que possui formação específica e que esteja atuando nos diversos programas de educação especial;
- Assegurar e ampliar o atendimento da equipe multiprofissional para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico.

5.3.3 Metas e objetivos

1. Implementar, durante a vigência deste plano, em conjunto com a Escola Especializada, projetos de estudo e aprofundamento das questões pertinentes à educação especial, envolvendo os especialistas que atuam na educação de pessoas com necessidades especiais, a fim de que seus conhecimentos e experiências possam ser utilizadas pelos professores do ensino regular, ampliando, desta forma, a inclusão educacional;

2. Procurar meios, através de entes governamentais para ampliar, durante a vigência deste plano, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, baixa mobilidade e dependência de autocuidados, atendidos na rede pública de ensino, garantindo a companhia de responsável, quando necessário;

3. Realizar, durante a vigência deste plano, estudos para implantar as diretrizes e normas para a terminalidade específica aos alunos com necessidades educacionais especiais;

4. Articular, durante a vigência deste plano, as ações de educação especial com a política de educação para o trabalho, estabelecendo parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional, assegurando as adaptações curriculares necessárias para promover a colocação das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho;

5. Criar, a partir da aprovação deste plano, um banco de dados que mantenha atualizado o censo sobre a população do município a ser atendida pela educação especial, de modo a realizar o encaminhamento destes à instituição responsável;

6. Estabelecer parcerias entre APAE e as escolas regulares do município para atender as especificidades de cada aluno, garantindo-lhes maior autonomia através do desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo;

7. Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, que no projeto político pedagógico das instituições municipais de ensino, se defina claramente o processo de inclusão escolar, nas etapas e modalidades de ensino de competência do município, com oferta de formação continuada específica e suporte técnico;

8. Assegurar e garantir, durante a vigência deste plano, a aplicação anual dos testes de acuidade visual e auditiva, aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com a Secretaria de Saúde, de forma a detectar problemas e oferecer encaminhamentos adequados;

9. Manter, durante a vigência deste plano, os projetos de capacitação para professores e monitores que atuam na educação especial ou no ensino regular, com alunos inclusos;

10. Assegurar, durante a vigência deste plano, através do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, a valorização do professor que possua formação específica e que esteja atuando nos diversos programas de educação especial;

11. Assegurar e ampliar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o atendimento da equipe multiprofissional (fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo), para a realização de avaliações e acompanhamento psicopedagógico, centralizados no órgão municipal de educação.

6 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

6.1 Diagnóstico

Sendo a educação uma construção contínua e que deve ser promovida de forma que os educandos tenham sucesso no processo de apreensão do conhecimento, garantindo assim, mudanças no progresso do cenário educacional, é importante traçar o diagnóstico da formação dos professores, bem como, da valorização profissional.

Em primeiro lugar, deve-se destacar o que é determinação legal e que, por inúmeros entraves, está ausente no ambiente educacional, que é a melhoria da qualidade de ensino. Esta melhoria só poderá ser alcançada através da valorização profissional concebida em Plano de Carreira, elaborado a partir das discussões com a categoria. Para tanto, tal valorização só poderá ser alcançada por meio de uma política ampla e partilhada do magistério, que implica:

- Formação profissional inicial;
- Condições de trabalho, salário e carreira;
- Formação continuada e em serviço.

Tais condições implicam em uma lógica que é extraída da prática decorrentes dos últimos anos. Muitas ações vêm sendo desenvolvidas, porém a sua eficácia não condiz com a realidade e

a necessidade de formação ajustadas ao que se espera do professor na formação do sujeito capaz de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Repensar a formação profissional adequada às necessidades e aos desafios atuais significa pensar na qualificação permanente, independentemente do nível e modalidade que atuam. Porém, deve-se repensar também, um Plano de Carreira que estabeleça diretrizes claras e objetivas de valorização profissional, como;

- Garantia de aperfeiçoamento constante e em serviço;
- Salário digno;
- Carreira de magistério com componentes que proporcionem a progressão vertical e horizontal;
- Avaliação de desempenho, como elemento de incentivo e impulsionador de práticas inovadoras.

Além disso, garantir uma infraestrutura adequada, recursos pedagógicos e tecnológicos suficientes e disponíveis para o apoio às práticas pedagógicas e à formação profissional, bem como, um projeto político pedagógico construído a partir de uma ação compartilhada. É, também, fundamental constar ações supracitadas, o processo de inclusão que exige do poder público uma sensibilidade na deliberação das propostas educacionais. Nesse sentido, não basta somente a formação, mas também conhecimentos específicos do processo de construção de conhecimento nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Na realidade, a capacitação profissional deve ser uma proposta que procure agregar, no município, as diferentes esferas na elaboração de um plano de ação com esforços conjuntos para se alcançar o patamar mínimo de formação exigido e desejado.

O município de Angelina conta com o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal, Lei Municipal nº 817, de 17 de dezembro 1999, bem como um quadro de professores nomeados por concurso público. A Lei Municipal de Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com respectivo quadro de cargos, dispõe sobre regime de trabalho e plano de pagamento, em consonância com os princípios básicos da Lei 9.394/96 e da Lei 10.172/01.

A formação continuada dos profissionais da educação, garantida pela Secretaria Municipal de Educação e pela autonomia financeira prevista na legislação, é indispensável e constitui programa de formação que oferece espaço de reflexão e participação dos membros do magistério, incluindo a certificação para os participantes. A formação continuada se dá através da

organização da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com participação dos professores da rede. Os professores passam por cursos de capacitação no município, dividido em quatro etapas. Destas capacitações participam a rede municipal e estadual. Desenvolvem-se ainda através de parcerias com instituições de Ensino Superior projetos de formação de seus docentes.

A rede municipal de educação não possui entidade de classe.

TABELA 19: Níveis de formação do corpo docente – 2009

| MESTRADO | ESPECIALIZAÇÃO | GRADUAÇÃO | GRADUAÇÃO (CURSANDO) | MÉDIO (MAGISTÉRIO) |
|----------|----------------|-----------|----------------------|--------------------|
| 1 | 53 | 15 | 11 | 1 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 20: Níveis de formação do administrativo – 2009

| MESTRADO | ESPECIALIZAÇÃO | GRADUAÇÃO | GRADUAÇÃO (CURSANDO) | MÉDIO (MAGISTÉRIO) |
|----------|----------------|-----------|----------------------|--------------------|
| 0 | 08 | 1 | 1 | 2 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 21: Corpo docente por área de formação – 2009

| FORMAÇÃO | QUANTIDADE | ACT | EFETIVO |
|----------------------|------------|-----|---------|
| Matemática | 4 | 1 | 3 |
| Física | 2 | 1 | 1 |
| Sociologia/Filosofia | 1 | - | 1 |
| Educação Física | 5 | 1 | 4 |
| Geografia | 3 | 1 | 2 |
| Biologia/Ciências | 2 | 1 | 1 |
| Química | 1 | - | 1 |
| História | 3 | 2 | 1 |
| Letras | 6 | 2 | 4 |
| Artes | 2 | - | 2 |
| Pedagogia | 42 | 6 | 36 |

| | | | |
|--------------|----|----|----|
| TOTAL | 71 | 15 | 56 |
|--------------|----|----|----|

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

6.2 Diretrizes

O maior desafio hoje está relacionado à qualificação do profissional docente e exige um investimento que venha priorizar a solução desse problema. Um plano de implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do município, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novos saberes, novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

Melhorar a condição do ensino é indispensável para assegurar à população o acesso pleno à cidadania e a sua inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de qualidade de vida. É um compromisso que não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

Valorizar o magistério implica em, pelo menos, nos seguintes requisitos:

- Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador como cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;
- Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada em um único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- Salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- Compromisso social e político do magistério.

Ressalta-se, porém, que os primeiros quatro itens deverão ser supridos pelo sistema de ensino e o quinto depende exclusivamente do professor que tem consciência do seu compromisso com a aprendizagem dos alunos, respeito pelo direito do cidadão na sua formação e interesse pelo trabalho de equipe, na escola. Valorizar o profissional da educação depende do poder

público, mas também, do profissional no desempenho de suas atividades. Sendo assim, deve-se prever no plano de carreira o sistema de ingresso, promoção, o afastamento periódico para estudos que proporcione a melhoria das condições de trabalho, formação continuada e a avaliação de desempenho.

A formação continuada é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e visa abrir novos horizontes na atuação profissional com finalidade de abrir janelas para a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, ético e político.

A educação escolar não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes (docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na escola). Assim, a formação deve se estender a todos os profissionais.

Nessa perspectiva, a educação não pode ser vista como privilégio de alguns, mas oportunidades de todos, com profissionais que têm competência e compromisso com a melhoria contínua do processo ensino aprendizagem.

6.3 Metas e objetivos

1. Garantir, durante a vigência deste plano, a revisão periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e assegurando os seguintes itens:

- Cargo único de professor com funções de magistério;
- Três tipos de habilitação: Magistério (nível médio, modalidade normal); graduação (licenciatura plena); e pós-graduação (*lato sensu*); Mestrado; Doutorado; Pós-doutorado;
- Ingresso de acordo com a habilitação;
- Promoções através de avaliação de desempenho, qualificação e conhecimento;
- Gratificação pelo exercício de suporte pedagógico de acordo com a carga horária;
- Garantir no quadro do magistério efetivo a lotação e permuta;
- Garantir após implantação deste Plano a revisão do Estatuto do Magistério Municipal;

2. Garantir, a partir da aprovação deste plano, em até um ano, a reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e que nesta reformulação sejam assegurados:

- Promoção vertical, por habilitação e pós-habilitação, de forma automática, vigorando no mês subsequente à apresentação do comprovante da nova habilitação;

- Continuidade de progressão na carreira quando atingir o máximo na tabela salarial e não estiver apto à aposentadoria;

3. Garantir, no ano subsequente à aprovação deste plano, a discussão e implantação do plano de carreira para os demais servidores que atuam na educação, adequando-o as suas reais necessidades;

4. Assegurar a partir da aprovação deste plano a alteração de carga horária dispensando o Concurso Público;

5. Admitir, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, somente professores e demais profissionais de educação que possuam qualificações mínimas exigidas pela legislação educacional vigente;

6. Assegurar, durante a vigência deste plano, que os profissionais da educação, da rede municipal de ensino, que atuam na função de suporte pedagógico, tenham formação na área, conforme determina a legislação educacional vigente e, que sejam do quadro próprio do magistério;

7. Incentivar, durante a vigência deste plano, os profissionais do magistério, a realizar cursos de especialização na área de educação, em instituições credenciadas pelo MEC;

8. Incentivar, durante a vigência deste plano, os profissionais do magistério, para que, por meio de parcerias promovidas pelas mantenedoras com as instituições de educação superior, freqüentem cursos de educação especial, a fim de que possam atender, com qualidade, os alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos nas salas regulares;

9. Assegurar, durante a vigência deste plano, o mínimo de 40 horas/ano de formação continuada aos profissionais da rede de ensino e demais envolvidos no processo educacional, através de seminários, palestras, cursos, conferências e grupos de estudo, garantindo uma constante discussão sobre a prática educativa;

10. Viabilizar, durante a vigência deste plano, mecanismos, em regime de colaboração entre as mantenedoras educacionais do município, para identificar e mapear as necessidades de formação continuada dos profissionais da educação, atualizando os dados a cada dois anos;

11. Implementar, no prazo de dois anos, a partir da implantação deste plano o sistema de avaliação de desempenho dos profissionais da educação, visando atingir maiores índices, tanto nos aspectos qualitativos como nos quantitativos do ensino público municipal, a partir das normas estabelecidas pelo órgão Municipal de Educação;

12. Elaborar, a partir da aprovação deste plano, em até cinco anos, programa de incentivo à pesquisa para os professores da rede pública municipal, em trabalhos cujos resultados contribuam com a educação municipal, buscando parcerias para que estes possam apresentar e divulgar seus projetos e publicar seus artigos e/ou livros;

13. Assegurar, durante a vigência deste plano, professor para atuar em sala de recursos, classe especial e centro de atendimento especializado;

14. Ampliar, a partir do segundo ano de vigência deste plano, programa de qualidade de vida para os professores da rede pública, como forma de prevenir problemas de saúde, ocasionados pela rotina do trabalho em sala de aula;

15. Assegurar, durante a vigência deste plano, Plano de Saúde para os profissionais municipais da educação;

16. Realizar, durante a vigência deste plano, seminários e/ou conferências municipais de educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da educação e comunidade;

17. Incentivar, durante a vigência deste plano, os professores do magistério da rede pública a buscarem o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das suas atividades profissionais;

18. Promover o aperfeiçoamento permanente do processo seletivo de ingresso dos profissionais da educação, incluindo avaliação de habilidades e competências, pautadas nas diretrizes curriculares, sendo compromisso da Secretaria Municipal e Estadual de Educação;

19. Estabelecer após implantação deste plano uma política de formação continuada articulada com a universidade na implementação do espaço pedagógico para a formação do professor;

20. Implantar plano de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnicas e administrativas, no máximo até 2012;

21. Possibilitar a alteração de carga horária de 20h para 40h sem concurso público priorizando os profissionais que já estão lotados na instituição e o tempo de serviço;

22. O cargo de direção deve ser de prioridade, assumido por um profissional efetivo na instituição. Quando não houver interesse deste profissional, deve ser ocupado por outro profissional efetivo do magistério municipal;

23. Garantir aos profissionais da educação municipal efetivos no quadro que complementam sua habilitação com pós-graduação específica nessa área, com incentivo financeiro incorporado ao seu vencimento.

7 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO DA EDUCAÇÃO

7.1 Diagnóstico

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige o equilíbrio das contas públicas, a partir do entendimento de que as metas devem apresentar resultados positivos entre receitas e despesas. Os constantes investimentos tendem aumentar as despesas e, em contrapartida, há que se buscar mecanismos para incrementar a receita, racionalizando custos e direcionando os recursos para o cumprimento dos índices institucionais, especialmente na área da educação.

Durante muito tempo, a maioria dos municípios teve a função de mero aplicador dos recursos recebidos do estado e da união. Com o implemento de emendas constitucionais que versam sobre a transferência de responsabilidades financeiras para os municípios, mantendo a mesma base arrecadatória destes, os municípios viram-se obrigados a buscar alternativas administrativas para concretizar suas metas econômicas e sociais. O município, atento ao enorme compromisso de honrar o cumprimento das metas fiscais e atender a demanda educacional, desenvolve continuamente atividades que privilegiem a arrecadação dos tributos a que faz jus.

Os recursos, com os quais o município conta para manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil e Ensino Fundamental, são aqueles previstos no orçamento e são representados pela vinculação das receitas institucionais, estas, tidas como um mínimo a ser investido. Porém, o município, para não prejudicar as metas educacionais, não raramente, lança mão de recursos complementares, representados por outras receitas que compõem a totalidade dos recursos orçamentários.

Contata-se que o município conta com sério desequilíbrio orçamentário na área da educação, no que tange as receitas e despesas, principalmente quanto a aplicação dos recursos inerentes. A receita que adentra os cofres municipais para custear o financiamento da educação vem sendo crescente, mas em ritmo bem menor ao necessário considerando que as despesas se acentuam.

As despesas do município com educação são, basicamente, com a Educação Infantil e principalmente com Ensino Fundamental que canalizam quase que a totalidade dos recursos. Os recursos que vem sendo utilizados direcionam-se, de forma extremamente preocupante, para custeios, restando pequenas percentagens para o salário e capacitação dos profissionais da educação. Estes gastos não estão restritos as despesas de capital, mas sim de despesas com transporte escolar, que chega a consumir aproximadamente 50% das receitas da educação.

Outro aspecto importante diz respeito a falta de acompanhamento por parte de professores e dos conselhos nas matrizes orçamentárias da educação no município.

TABELA 22: Investimento anual do município em educação

| INVESTIMENTO | 2006 | 2007 | 2008 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|
| % | 28,93 | 30,33 | 27,97 |
| R\$ | 1.640.887,94 | 1.809.851,18 | 2.206.716,81 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 23: Receitas do município para educação

| RECEITAS (R\$) | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| FUNDEB | 330.049,08 | 433.017,72 | 587.908,40 |
| Dinheiro Direto na Escola | 5.222,40 | --- | 15.692,40 |
| Salário Educação | 40.262,94 | 52.471,21 | 63.806,26 |
| Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE) | 51.843,48 | 53.319,76 | 54.188,16 |
| Programa de Atenção a criança | 27.614,95 | 32.635,85 | 25.104,50 |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC) | 19.456,00 | 19.360,00 | 19.668,00 |
| Recursos próprios | 1.166.429,07 | 1.221.046,61 | 1.440.349,09 |
| TOTAL | 1.640.887,92 | 1.811.851,15 | 2.206.716,81 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 24: Despesa do município para educação

| DESPESAS (R\$) | 2006 | 2007 | 2008 |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|
| Educação Infantil | 212.237,01 | 213.655,12 | 114.019,92 |
| Ensino Fundamental | 1.106.878,74 | 1.291.323,67 | 1.713.616,89 |

| | | | |
|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Educação Especial | 13.500,00 | 15.000,00 | 17.100,00 |
| Convênios | 141.163,01 | 185.735,00 | 242.754,00 |
| PDDE | 5.222,40 | ----- | 15.692,40 |
| PNAT | 52.335,68 | 53.319,76 | 54.188,16 |
| Salário educação | 40.368,28 | 46.099,53 | 69.899,48 |
| TOTAL | 1.571.705,12 | 1.805.133,08 | 2.227.270,85 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 25: Recursos públicos municipais destinados à educação 2006-2008

| ANO | Despesas com educação | % | Educação Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Outros |
|------|-----------------------|-------|-------------------|--------------------|--------------|--------|
| 2006 | 1.332.615,77 | 28,33 | 1,8 | 26,23 | -- | 4,99 |
| 2007 | 1.519.978,79 | 30,33 | 4,3 | 25,83 | -- | 5,7 |
| 2008 | 1.844.736,81 | 27,97 | 4,4 | 23,11 | -- | 5,86 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

TABELA 26: Despesas com educação por categoria econômica

| Ano | Pessoal | % | Outras | % | Total |
|------|------------|-------|--------------|-------|--------------|
| 2006 | 521.884,70 | 33,21 | 1.049.820,44 | 66,79 | 1.571.705,14 |
| 2007 | 686.167,28 | 38,01 | 1.118.965,80 | 61,99 | 1.805.133,08 |
| 2008 | 822.455,47 | 36,93 | 1.404.815,38 | 63,07 | 2.227.270,85 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

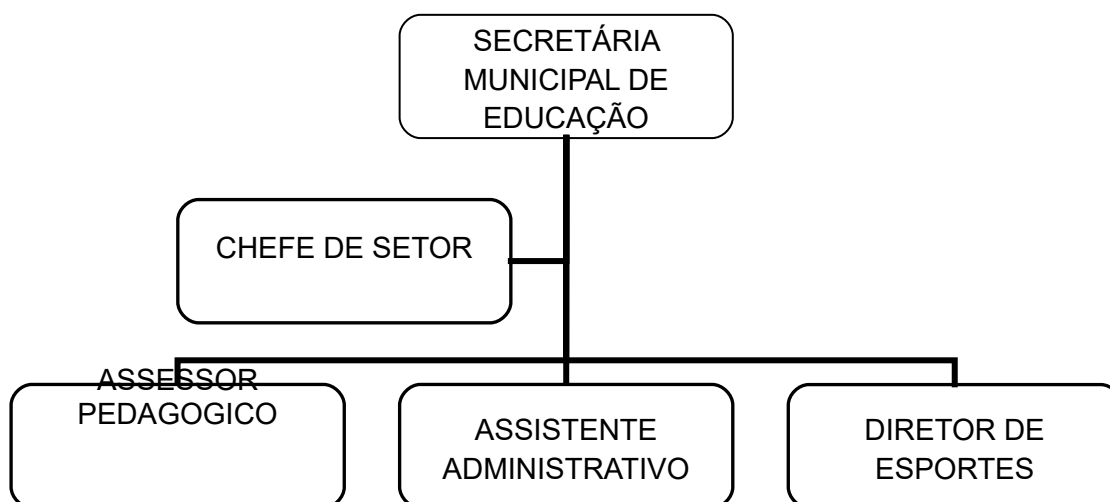
TABELA 27: Despesas de capital

| Ano | Obras e Instalações | % | Equip. Material Permanente | % | Total |
|------|---------------------|------|----------------------------|------|------------|
| 2006 | ---- | -- | 33.166,43 | 0,69 | 33.166,43 |
| 2007 | 13.667,60 | 0,27 | 58.788,21 | 1,18 | 72.455,81 |
| 2008 | 35.885,35 | 0,55 | 132.251,87 | 2,02 | 168.137,22 |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009

O município possui 8 instituições de Educação Infantil e 12 de Ensino Fundamental na zona rural.

A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação está disposta no Estatuto dos Servidores Municipais, apresentando o seguinte organograma:



7.2 Diretrizes

O financiamento da educação deste plano deve ser tratado como questão de direito e cidadania conforme determina a Constituição Federal de 1988 (artigo 205), devendo este direito ser assegurado “com absoluta prioridade” à criança e ao adolescente (artigo 227) e sendo de responsabilidade da família, do Estado e da sociedade.

Nesta perspectiva, o financiamento e gestão da educação de Angelina se pautarão pelas seguintes diretrizes:

- Aplicação anual de pelo menos 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme determina a lei;
- Gestão de recursos por meio de fundos de natureza contábil e contas específicas, permitindo um controle social mais eficaz;
- A locação de recursos segundo as necessidades e compromissos do Sistema Municipal de Ensino, expressos pelo número de matrículas;
- Apresentação na proposta orçamentária de estimativa anual dos custos aluno, especificados por nível de ensino, incluindo os repasses às entidades conveniadas e o custo anual da Secretaria Municipal de Educação. A proposta orçamentária anual deverá ainda

distinguir uma rubrica própria para as aplicações de recursos em ações de desenvolvimento profissional, abrangendo as ações do Centro de Referência do Professor e a oferta de cursos, seminários, workshops, a contratação de estudos e pesquisas aplicados à educação básica do município;

- Aprimoramento contínuo do regime de colaboração entre município, estado e união para o desenvolvimento de ações, como transporte escolar, construção, reforma e adaptação de prédios escolares;

- Na distribuição e gestão dos recursos financeiros, deverão ser observados os princípios da equidade e transparência, devendo ser fortalecidos os órgãos de controle social como o conselho do FUNDEB e os órgãos de gestão nos sistemas de ensino, como o Conselho Municipal de Educação;

- Promoção da desburocratização e descentralização da gestão nas dimensões pedagógica e financeira, devendo as unidades escolares contar com repasse direto de recursos para desenvolvimento de sua proposta pedagógica e manutenção das despesas do cotidiano;

- Gestão democrática na forma de Conselhos de Educação, na participação da comunidade educacional e nas formas da escolha dos dirigentes escolares que associem compromisso com a proposta pedagógica da escola, competência técnica, representatividade e liderança.

7.3 Metas e objetivos

1. Desenvolver um Programa de Gestão da Educação Pública orientado pelos princípios de democratização e cooperação, de modo a assegurar a participação dos diferentes segmentos constitutivos das instituições educacionais no desenvolvimento de suas políticas, observando-se, a celebração do Convênio de Cooperação com o Estado, que explicita claramente os objetivos comuns e as necessidades financeiras do atendimento da escolarização básica, na sua universalização e na qualidade do ensino;

2. Estabelecer, após o primeiro ano de aprovação deste plano, mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que definem os gastos admitidos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nessa rubrica;

3. Garantir, no primeiro ano de vigência do plano, a elaboração de lei específica que estabeleça os critérios para provimento do cargo de diretor escolar;

4. Ampliar, no primeiro ano de aprovação deste plano, a autonomia administrativa e pedagógica (através do fortalecimento da gestão participativa e da Construção do Projeto Político Pedagógico);

5. Negociar com o estado, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, a ampliação do Programa de Transporte Escolar e a revisão do valor “per capita” repassado ao município, com critérios estabelecidos e definidos em lei específica;

6. Criar, imediatamente após a aprovação deste plano, a Comissão Municipal responsável pela permanente avaliação, garantindo a realização semestral da reunião desta comissão para sua avaliação, análise dos objetivos e metas aqui propostas;

7. Apoiar tecnicamente as escolas públicas, após o primeiro ano de aprovação deste plano, na execução de seus Projetos Político Pedagógico e incentivar as escolas particulares que vierem a existir, durante esta década, a elaborarem os seus;

8. Garantir no Plano Diretor do Município, que sejam reservadas nos novos loteamentos, áreas topograficamente adequadas destinadas à construção de escolas de acordo com os seguintes padrões:

- áreas centrais medindo no mínimo 5.000m²;
- projeto arquitetônico que garanta acessibilidade aos portadores de necessidades especiais bem como à comunidade, nos finais de semana, férias e feriados;
- garantir, também, no plano diretor, espaços para desenvolvimento de cultura, esporte e lazer.

9. Implementar, no primeiro ano após a aprovação deste plano, políticas de formação continuada dos diferentes Conselhos de Educação visando o fortalecimento destes órgãos;

10. Definir, imediatamente após a aprovação deste plano, indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitem a sua avaliação contínua, incluindo a avaliação anual da aprendizagem dos alunos através de provas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo o repasse aos diretores, supervisores e professores dos resultados adquiridos nesta avaliação;

11. Garantir, a partir da aprovação deste plano, a realização a cada 02 anos de Conferência Municipal de Educação, para análise do seu desenvolvimento.

8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Angelina, pensado, discutido e elaborado de forma coletiva pelo Fórum Municipal de Educação mediante discussão transparente com o conjunto da sociedade, deve ter aprovação da Câmara Municipal do Município. Ainda prevê mecanismos de acompanhamento e avaliação que garantam a continuidade das ações, ao longo do tempo, e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverão.

A exemplo do Plano Nacional de Educação, este plano prevê a possibilidade de adaptações e medidas corretivas, assim que novas exigências forem aparecendo, desde que fundamentadas no acompanhamento efetivo por parte da sociedade municipal. O desenvolvimento desse conjunto de definições contará com uma coordenação municipal, exercida pelos respectivos órgãos responsáveis pela educação.

À Secretaria Municipal de Educação cabe o importante papel de indução das ações previstas e de cooperação técnica e financeira, sempre com o objetivo de elevar a qualidade geral da educação no município, de modo a efetivamente proporcionar o desenvolvimento humano e social.

O acompanhamento e a avaliação do plano tem por objetivo assegurar, ao longo do período de sua vigência, a implementação das metas aqui constantes, com as adaptações e correções necessárias, considerando as mudanças da realidade social, econômica e educacional. A necessidade de avaliação do Plano Municipal de Educação, impõe pensar instrumentos e processos de acompanhamento da implementação, juntamente com os atores que participaram da sua construção. A Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, as instituições da sociedade civil e o Fórum do Plano Municipal de Educação têm importante papel na elaboração e promoção de mecanismos de avaliação do mesmo.

Cabe ainda ressaltar, a estes, a avaliação e fiscalização o acompanhamento, a adoção de medidas judiciais e outras providências cabíveis para o cumprimento das diretrizes e metas deste plano. Ao poder público e à iniciativa privada cabe a responsabilidade pela execução deste plano e a disponibilização de todas as informações necessárias a seu acompanhamento e fiscalização, por parte da sociedade.

9 REFERÊNCIAS

ANGELMIGOS. **Associação dos Amigos de Angelina.** Disponível em <http://www.angelina.org.br>. Acessado em 14 de julho de 2009.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial de União.** Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne>. Acessado em 18 de junho de 2009.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino e 1º e 2º graus e dá outras providências. In: **Diário Oficial de União.** Brasília, v. 1, p. 6.377, de 12/08/71.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mec.gov.br/cne>. Acessado em 18 de junho de 2009.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa diretrizes e bases da educação nacional. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 85-109.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Parecer CEB nº. 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc> Acessado em 18 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação.** Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 18 de junho de 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**: resultados finais 2003. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/>>. Acessado em 22 de julho de 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>>. Acessado em 22 de julho de 2009.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005.